



ELA



PORTE
PAGO

N.º 50
ANO III
JULHO
1977
MENSAL
PREÇO 10\$00

Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

DOIS ANOS DE TRABALHO ÁRDUO

A ADFA é uma Associação livre e independente, conforme a definem os próprios estatutos, e adquiriu já uma prática democrática que é, conjuntamente com aquelas duas características, um garante de que os deficientes das Forças Armadas podem contar com uma força sólida para salvaguarda e defesa dos seus direitos e interesses.

Os órgãos Sociais Centrais da Associação, que recentemente iniciaram as suas funções num mandato de dois anos, empenhar-se-ão seriamente na consolidação e desenvolvimento da ADFA, como Associação livre, independente e com uma prática democrática onde a participação activa dos associados seja uma realidade.

Mas para a consecução destes objectivos e de outros enumerados no programa dos órgãos eleitos os dois anos de mandato terão que ser dois anos de trabalho. Sabemos que só com um trabalho muito intenso e com uma grande persistência se conseguirá obter algumas vitórias na difícil batalha da integração social. E é a esse trabalho árduo e difícil, nesta imensa tarefa, tantas vezes ingrata, que os novos órgãos sociais não renunciarão.

DE 26 DE SETEMBRO A 1 DE OUTUBRO EM LISBOA

SEMINÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES PARA DEFICIENTES

Vai realizar-se em Lisboa, de 26 de Setembro a 1 de Outubro próximos, um seminário de desporto e tempos livres para deficientes, organizado pela International Central Palsy Society - Spastics Society e com a colaboração da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral e ainda da Associação Portuguesa de Deficientes.

É a primeira vez que em Portugal se realiza um seminário deste tipo, revestindo-se de grande importância, dado o tema que é tratado, desporto para deficientes, e revelando-se muito oportuno, também, pois que se trata de uma actividade que no âmbito da integração social dos deficientes, parece efectivamente em fase de arranque no nosso país.

SEMINÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES



PARA DEFICIENTES

Os meios de comunicação social têm dedicado bastante atenção à realização deste seminário, o que contribui muito para que, com a sua realização, se consiga atingir os objectivos propostos e não se trate de mais uma reunião de pessoas que tratem de assuntos de deficientes, mas que à população, às autoridades governamentais e ao País nada dizem respeito. Poderá, pois, com a realização deste seminário contribuir-se muito para a consciencialização das pessoas das necessidades e capacidade dos deficientes.

A ADFA, que como é sabido, tem dedicado uma especial atenção ao desporto para deficientes e, ultimamente, tem-se empenhado no sentido de desenvolver esta actividade, participará neste seminário, tendo feito já a inscrição de dois delegados.

Esperemos que, de facto, os resultados deste seminário de desporto e tempos livres para deficientes sejam positivos e que tenham repercussões na prática, tanto a nível das mentalidades dos portugueses ainda bastante rígidas quanto ao reconhecimento dos direitos e aspirações dos deficientes, como no campo prático com o subsequente incremento e desenvolvimento de actividades neste domínio pelos próprios deficientes. Se assim acontecer, o receio de que este acontecimento (realização do seminário) se fique por mais uma realização de fachada sem resultados práticos, será vencido e estarão os organizadores de parabéns, porque contribuiram efectivamente para que o desporto passe a ser uma prática necessária, porque ele (desporto) não poderá ser outra coisa que uma prática quotidiana com todas as vantagens que essa prática

(Continua na 8.ª pág.)

ONU PROCLAMOU 1981 ANO INTERNACIONAL DOS DEFICIENTES

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 1981 o ano internacional dos deficientes.

São os seguintes os objectivos estabelecidos com esta proclamação: apoiar os deficientes na sua adaptação ao seio social; desenvolver esforços no campo da reabilitação, assistência e integração social e profissional; encorajar estudos e investigações quanto a projectos de acesso e transportes; consciencialização das populações quanto ao direito dos deficientes de participarem e contribuírem na vida social económica e política.

O Secretário-Geral das Nações Unidas vai preparar um programa detalhado para o ano internacional dos deficientes que apresentará à Assembleia Geral na sua sessão de 1977.

PROBLEMAS DOS DEFICIENTES MERECEM UMA ATENÇÃO CADA VEZ MAIOR EM TODOS OS PAÍSES

As organizações governamentais e não-governamentais prestam uma atenção cada vez maior aos problemas dos deficientes. Isto reflecte uma cada vez maior consciencialização geral em todo o mundo dos problemas que afectam os deficientes e da necessidade de encontrar as soluções adequadas.

Para esta consciencialização tem contribuído sobremaneira o impacto provo-

(Continua na 8.ª pág.)

NESTE NÚMERO PODE LER:

PÁGINA CULTURAL	PÁG. 3
MÉDIO ORIENTE	PÁG. 5
VIDA ASSOCIATIVA	PÁGS. 6 E 7
FILATELIA	PÁG. 8
A ONU E A INTEGRAÇÃO DE DEFICIENTES	PÁG. 9
DESPORTO PARA DEFICIENTES	PÁG. 10

ESCREVA CONNOSCO

QUAL É A CORRECTA?

Ao ler o número de Abril do nosso jornal «ELO», fiquei deveras impressionado com o relato do Sr. Manuel Alves Reis que foi preso da Pide e que acabou por morrer nos calabouços do Tarrafal devido a torturas.

É na verdade horrível o que um ser humano é capaz de fazer a outro ser humano. Por isso mesmo sou contra toda a espécie de violência, venha ela donde vier. Infelizmente o homem paga o ódio, que é como quem diz o dente por dentes. As vezes, até de discussões banais resultam espancamentos, facadas, tiros, etc. e consequentemente mortes, ocasionando estas órfãs, viúvas, mães ficam toda a vida mergulhadas na sua dor, porque tragicamente perderam um filho, etc. Era na verdade arrepiante as torturas que os PIDES aplicavam a seres humanos.

Como seria maravilhoso se toda a casta de violência fosse banida — PIDE, K. G. B., CIA, CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, CENTROS PSICHIÁTRICOS PARA DOENTES «FORJADOS», PRISÃO DE S. QUENTIN, ILHA DO DIABO, etc. etc. Como a vida seria bela se os homens se dessem as mãos... Mas nós, homens, por uma caladela nos pés involuntariamente somos capazes de disparar uma rajada de improperios, não dignos de um homem, os quais podem resultar em discussão acesa e daí resultar mortes. Ou não será assim?

Na última parte do artigo, pergunta a Redacção E DEUS?... A seguir faz o comentário e eu não posso de forma nenhuma aceitá-lo como correcto. Assim, direi que Deus não é nenhum careiro viajante que anda a dizer de porta em porta o que se não deve praticar de mal. Jesus pregou o amor entre os homens e não o ódio e a violência. O homem é um ser racional que tem o dever de saber o que é o bem e o mal, mas não só quando lhe convém. Ou não será que nós quando gastamos, por exemplo, o nosso vencimento do mês em boites, prostituição, etc. dinheiro esse que era muitas vezes para o sustento dos nossos filhos, não sabemos o que estamos a fazer?

Deus não adere a seja o que for de mau, de violento e pena é que haja quem se aproveite do seu nome para praticar pufifarias. Mas quando chegar a altura de ter que fazer justiça, que fará não tenhamos dúvidas, ela será implacável. E aí daquele que tira a vida ao seu irmão.

Deus não está ocupado a ponto de não ver o que fazemos. Não dorme, muito embora gostássemos que dormisse muitas vezes...

ANTÓNIO GUERRA

N. da R. — Realmente camarada, a altura de unirmos os nossos esforços para o bem comum.

Nós que somos últimos de uma guerra temos a obrigação moral de alertarmos as outras pessoas para que não mais haja guerras.

Quanto à questão de Deus, respeitamos as tuas ideias e não queremos de maneira nenhuma ferirmos susceptibilidades. Ao fazermos referência a Deus, em relação às barbaridades cometidas pela Pide, apenas queremos estabelecer, ou melhor, formular uma questão.

Como se sentirá o católico cumpridor dos mandamentos, seguido dos evangelhos, portanto, pessoa que procura o caminho da justiça da fraternidade, da igualdade (preconizados, na doutrina cristã) ao assistir ao Santo Ofício na mesma igreja em que esteja um indivíduo que professe a tortura como profissão?

Como poderá esse indivíduo receber

o corpo do Senhor que manda praticar o bem?

Esperamos mais notícias tuas.

PARA QUANDO O DIA NACIONAL DO COMBATENTE DE PORTUGAL?

É ingrato, se não esquivo... levando em linha de conta, a comemoração de datas de campanhas anteriores ocorridas fora do País, olvidar-se o Dia do Combatente de Portugal, nas campanhas e expedições militares portuguesas que lhes foram impostas, após 1918, até à data?...

O Abril em Portugal, trouxe-nos, através dos tempos muitas satisfações, mas também, algumas inequívocas desilusões?...

Os militares veteranos da guerra de 1914-1918, cujo fulcro da acção principal foi na França, através de uma Liga, formada com o apoio do Movimento das Mulheres do tempo e até do das actuais campanhas, para quem reverteu também tudo o que existia do ex-Movimento Feminino, vêm comemorando com certa pompa o 9 de Abril e 11 de Novembro de cada ano!

Ciosos da sua heroicidade, nunca duvidamos disso, encetaram camaradagem com os novos combatentes e expedicionários e, deste modo, deixou a Liga, a sua anterior designação de Combatentes da Grande Guerra, para passar a denominar-se Liga dos Combatentes.

Sempre tudo certo, até ao momento em que ingressamos, a seu pedido, antes de eleições livres e depois através delas, como elemento directivo, onde os camaradas de 1914-1918, punham e dispunham, como donos da casa, e, nós, para não contrariar a sua terceira idade, fomos acordando, mas nunca esquecendo, que, no meio desta oferta-convite para a sua Liga, deles, ter continuidade, faltava também o nosso Março, Abril ou Setembro diferente às nossas campanhas ou expedições, posto que nunca os julgáramos mais heróis do que os que tomaram parte nas actuais duras campanhas e, por fim tiveram que fundar a sua Associação dos Deficientes das Forças Armadas, para se libertarem pelo lado civil, do direito que essa tal camaradagem de antanho não lhes queria dar e do lado do Governo dessa dita, um apoio merecido que lhes poderia ter sido dado; impondoo à Liga dos Combatentes, que vivia do armamento que se adquiria e de uma taxa se suportava nos passaportes para ausência do País e peditórios em que nós e a nossa família tomamos parte e organizamos, de que se auferiram uns bons milhares de escudos, dispendidos como entendiam!...

Havendo os Serviços Sociais das Forças Armadas, cuja manutenção só para pagar ao pessoal colaborante, o mesmo se registando com aquele que presta serviço na Central Administrativa da Liga dos Combatentes, na Rua J. Pereira da Rosa, em Lisboa e dependências de Porto. Tudo integrado num Secretariado Social Previdente para as Forças Armadas, em nossa opinião, servia melhor aqueles que bem mereceram da Pátria o sacrifício que lhes foi exigido, e não uma dispersão, género cada um puxa para seu lado, «brepondo-se uns aos outros!

Há delegações, citada Liga dos Combatentes, cuja regalia presente à massa associativa, redonda apenas na sua contribuição mensal e o direito a ser sepultado num talhão da

mesma Liga, se existir na sua terra e um pequeno contributo, cujas agências funerárias, por vezes, não recebem visto as famílias dos falecidos, terem de pagar a diferença para o funeral que desejam aos seus mortos e até homenagem própria, ornamentando as campas, dedicatórias essas que lhes são vedadas, nos tais talhões dos combatentes?!

Finalizando este nosso apontamento, nuns largos anos que enfileiramos numa dessas muitas Delegações da Liga dos Combatentes, topamos com pouca sinceridade por parte desses veteranos dirigentes de 1914-1918, os quais se mantêm nas Direcções em décadas sucessivas, transformando os filhos em colaboradores gratificados e as Sédes das Agências, em sua residência e da família, durante a época de Estio ou Balear!

Factos discutíveis que foram apontados, todavia, tiveram sempre a cobertura de Dirigentes Supremos, vinculados ao mesmo princípio de donos absolutos da casa, para tudo resolverem a seu belo prazer, afirmando que é necessário alguém para guardar a casa, porém, com muita surpresa nossa ao verificarmos que essa protecção só existia, nuns fins de semana de Sol a pino ou na época em que ele mais nos aquece, etc.

Assisti a algumas Assembleias Gerais, antes e depois de reviravoltas políticas, em que os responsáveis directivos eram nomeados pelo Governo e, depois, estes escolhiam o elenco que melhor lhes convinha, normalmente entre as grandes patentes-militares.

Outrossim, nos núcleos e sedes, como o que vimos apontando, o caso consumava-se da mesma maneira. Era sempre o perpétuo presidente que escolhia e demitia, quem melhor lhe interessava, rodeando-se dos tais camaradas de 1914-1918, com almoços em pequenos restaurantes, onde o número, nunca atingia os 20, e aí, dava a perceber quem iria ser nomeado, como por exemplo, acabamos de verificar num aparecimento surpresa, em Novembro de 1976, num pequeno restaurante de Algés, e depois da Messe da Armada de Cascais, onde, em número de 15, convidados por um elemento da Armada, se reuniram novamente, para a formação e substituição de pastas em 1977, isto em plena democracia!?!...

Para nós até foi alívio, saber como tudo se passava nas nossas costas, após a nossa assinatura cobrir tudo o que o autodomínio permanente durante largos anos, os tais camaradas iam fazendo, para não os contrariar não terem alguma síncope, na presença da nossa discordância tanto na distribuição dos numerários, conhecida somente, após ser feita, como em atitudes tomadas sem deliberação prévia da Comissão Gestora, com plena aprovação!

Sempre discordei, com esmolas mensais de 50\$00 a famílias de combatentes. O bolo do Natal, por listas elaboradas com nomes de pessoas que pessoalmente não conhecíamos e gastos em talhões de cemitérios, que deveriam ser feitos directamente por um Grupo de Trabalho, mantido pela Central Administrativa, que detinha as somas principais das Receitas e pessoal pago, cuja permanência, os poderia ter especializado para mais alguma coisa de que «mangas de alpaca», numa Instituição que ao proteger monumentos e talhões, deveria ter também o dever de os inspecionar e não deixar entregues a núcleos e delegações quem nem sempre dispõe de fundos para o efeito.

Depois da nossa colaboração voluntária e incondicional, juntamente com pessoas de família à Instituição, que até dispõe de uma Tipografia e de um jornal, pela existência do qual nos debatemos em devido tempo, como se poderá observar por correspondência trocada. Chegámos à conclusão de que, servia melhor os interesses de todos, se o Estado, a integresse com acordo de uma outra, num Instituto Único de Previdência Social ao Combatente, dado que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, prova a sua existência, mantendo Seções de Reparações e Rádio, TV, etc., onde os deficientes produzem, ao invés de outras Instituições, este facto não é aproveitado, para eliminar as despesas, e dar trabalho, a uns tantos que vivem das tais esmolas que lhes vinham dandol?!... Cascais, 6 de Abril de 1977,

ANTÓNIO F. GOMES

1 — A uma espécie de corredor abandonado, em parte subterrâneo que circundava certos edifícios romanos, dá-se o nome de:

- a) Fosso
- b) Deambulatório
- c) Criptoporítico

2 — Numa composição musical, a indicação convencional de andamento muito rápido tem o nome de:

- a) Adágio
- b) Presto
- c) Mi bemol

3 — A constelação de Andrómeda pertence ao Hemisfério Norte?

- a) Sim
- b) Não

4 — Serge Prokofiev, notabilizou-se como:

- a) Músico
- b) Escritor
- c) Marinheiro

5 — O primeiro campeonato português de futebol realizou-se em:

- a) 1920-21
- b) 1921-22
- c) 1922-23

6 — Apenas um dos livros enunciados não é da autoria de Júlio Dinis:

- a) O Bem e o Mal;
- b) A Morgadinha dos Canaviais
- c) Uma Família Inglesa

7 — O «Óscar» concedido em 1976 para o melhor actor masculino foi para:

- a) Carles Bronson
- b) Jean-Paul Belmondo
- c) Jack Nicholson

8 — O «Desterrado» é uma apreciada escultura da autoria de:

- a) Soares dos Reis
- b) Tomás Solfer
- c) Albano Cascão

9 — Autor-compositor-interprete de numerosas canções de resistência. Expulso do corpo docente pelas suas ideias e posições anti-fascistas. Entre as suas canções destacam-se «Canto Moço», «Grândola Vila Morena», «A Morte Saiu à Rua», «Os Vampiros», etc. etc.. De quem se trata:

- a) José Jorge Letria
- b) Sérgio Godinho
- c) José Afonso

10 — Apenas uma das personalidades foi escritor. Os outros duas distinguiram-se na música:

- a) Tchaikovski
- b) Anton Tchecov
- c) Igor Stravinsky

RESPOSTAS:

(8-0); (9-0); (10-0)

RESPOSTAS: 1-c); 2-b); 3-a); 4-a); 5-b); 6-a); 7-c);

ASSOCIAÇÕES DE REFORMADOS CRIARAM FEDERAÇÃO

As associações de reformados decidiram, recentemente, criar uma federação, onde se encontrassem representados. A F. A. R. P. (Federação das Associações de Reformados e Pensionistas) é assim um organismo nacional representativo de todos os reformados e pensionistas, através da qual estes pretendem fazer valer os seus direitos junto do Governo.

Os reformados e pensionistas têm vindo a travar uma luta difícil visando a criação de condições para levar uma vida digna, pugnando por uma pensão que possa unicamente fazer face ao constante aumento do custo de vida.

Os reformados, trabalhadores de ontem, constituem um espelho para os trabalhadores de hoje, reformados de amanhã. Tal como aqueles que presentemente labutam nos campos, nas fábricas e nos escritórios, os reformados venderam a força do seu trabalho a um preço tão baixo que não constituiu qualquer garantia para os últimos anos da sua vida.

A situação dos reformados pode constituir matéria exemplar para reflexão dos trabalhadores e servir também para compreender a luta geral de emancipação das classes trabalhadoras.

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO, LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO À CRÍTICA, A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTÁ A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEREMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR.

PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTA-LA / EM SEGUIDA.

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

O JOGO DA LERPA

Mortes, soube de muitas, nos rios, no mato, mortes?
nenhumas como esta que me contaram do soldado Bento
algures em Zala
mortes que pouco duram na memória estreita,
para as quais os viventes não

diz-se assim resumindo: Bento; um... da Boim, leva
as mãos à cabeça
já seco, seco
grita coisas surdas
deitam-no geme) no fundo do jipão

e tu só mais tarde dobras palavra com palavra
o lenço empapado de sangue
«na roseira do meu peito»

Bento que sempre falou baixo mesmo ao jogo
da lerpa, entendendo-se melhor com os cães
afinal nós todos longe e há-de ver-se até se a poesia
afinal nós a espera de mais uma grande armadilha

diz-se assim: que vieram então da caserna para enterrá-lo
segundo o ritual da tropa, sem omitir as salvas de FM
e que no boente
o sinal for aquelea nuvem negra não admirada naquele dia preciso
como se dos abismos e por uma inversão espantosa

agora que me contam
os olhos de Bento sob a poeira, de onde sairão
os ossos, não os olhos, só passados cinco anos

findo o que, nem lágrimas por ti, nem se desculpam
mãos que perdem jogos
que pouco duram, nos rios, no mato, algures, numa corna ingénua
coisas surdas.

FERNANDO ASSIS PACHECO

BATALHA

Na frente de batalha
um corpo é atravessado.
Na frente de batalha
um grito é abafado.
Na frente de batalha
ouve-se uma oração.

Na rectaguarda
o general recebe uma condecoração.

Na frente de batalha
um metro é conquistado.

Na rectaguarda
o general é condecorado.

Na frente de batalha
o cheiro é acre.

Na rectaguarda
o general bebe um conhaque

Na frente de batalha:
eu e meus irmãos,
andamos sujos, sub-alimentados.
Na frente de batalha,
damos as mãos
e, dormimos — acordados.
Na frente de batalha:
dizem-nos para avançar.
Não há tempo para comer.
É tempo de morrer.
É tempo de conquistar
não se pode recuar.

Na rectaguarda:
Condecoração sobre condecoração,
vida bela com comida
boa cama, melhor dormida.
Uma mulher para consolação,
nem uma morte para recordação.

Na rectaguarda:
nossas mães de luto vestidas,
nossas irmãs chorosas,
nossas mulheres ansiosas.
Nossas coisas vendidas,
nossas vidas perdidas.

VICTOR SENGO

**ADFA — a força justa
das vítimas
duma guerra injusta**

EXTINTAS AS COMISSÕES LIQUIDATÁRIAS DAS REGIÕES MILITARES E COMANDOS TERRITORIAIS INDEPENDENTES DAS EX-PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

Um despacho de 29 de Junho do Chefe do Estado-Maior do Exército determina a extinção, a partir de 31 de Julho, das Comissões Liquidatárias das Regiões Militares e Comandos Territoriais Independentes das ex-Províncias Ultramarinas.

Para substituir estas Comissões foram criadas secções de reforço a serviços já existentes no âmbito do Estado-Maior do Exército, e que são as seguintes:

— Em reforço da Repartição Geral da Direcção do Serviço de Pessoal, uma secção das ex-Províncias Ultramarinas.

— Em reforço da Direcção do Serviço de Saúde, uma secção das ex-Províncias Ultramarinas.

— Em reforço da Direcção dos Serviços de Justiça e Disciplina, o Arquivo de Justiça das ex-Províncias Ultramarinas.

— Em reforço do Distrito de Recrutamento e Mobilização de Lisboa, uma secção das ex-Províncias Ultramarinas.

É de toda a utilidade e interesse que os deficientes das Forças Armadas, e que são muitos, cujos processos decorrem ainda pelas Comissões Liquidatárias, tomem conhecimento dos locais dos novos serviços.

Para melhor ilustração deste facto, transcrevemos as considerações do despacho a que estamos a fazer referência.

«**Havendo vantagem em extinguir, dentro do mais curto prazo, as co-**

missões liquidatárias das regiões e comandos territoriais independentes das ex-províncias ultramarinas;

Considerando que os processos documentais dos militares do recrutamento das ex-províncias ultramarinas ou dos que para aquelas transferiram as suas obrigações militares são necessários para consulta, exigindo a sua conservação e arquivo em condições de manuseamento eficiente para efeito de organização e revisão de processos, alguns destes ainda a seguir os seus trâmites normais, quer de invalides quer de pensões, de preço de sangue;

Considerando que os livros das actas das juntas hospitalares de inspecção das ex-províncias ultramarinas, os arquivos das chefias, os ficheiros e os processos clínicos dos hospitais existentes nas CL/RM e CTI são indispensáveis para consulta e manuseamento com vista a esclarecimentos de situações clínicas de militares reclamantes de revisão ou reclassificação do grau de invalidez;

Considerando que os ficheiros e processos arquivados (anteriores) das chefias de justiça das CL/RM e CTI são indispensáveis para esclarecimento de processos elaborados a militares que prestavam serviço naquelas ex-províncias ultramarinas;

Considerando que os livros de actas das juntas de recrutamento das ex-províncias ultramarinas, livros de recrutamento, documentos de matrícula e outros registos de militares de raça africana naturais da Guiné, Cabo Verde e Angola, muitos dos quais se encontram em Portugal, são indispensáveis para regularizar a situação militar desses ex-militares;

Considerando que o expediente dos distritos de recrutamento e mobilização das ex-províncias ultramarinas é indispensável para o esclarecimento do encaminhamento dos processos individuais;

Considerando a necessidade de reforçar os órgãos actualmente existentes aos quais compete a recepção da documentação já referida de molde a poderem absorvê-la sem que se verifique a saturação desses mesmos órgãos.

CEE ENTRADA DIFÍCIL

Desde há uns tempos a esta parte que assistimos a declarações da inclusão de Portugal na Comunidade Económica Europeia, vulgo CEE.

Se umas vezes, as declarações nos fazem crer que é iminente a entrada do nosso país na Europa dos nove, outras vezes acontece precisamente o contrário.

Os meios políticos internacionais «agitam-se» com o alargamento da Comunidade Europeia.

David Owen, ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, declarou que o seu país estava receptivo ao pedido de admissão da Espanha na CEE, mas o alargamento da Comunidade para doze membros criaria ainda mais dificuldades do que as que enfrenta actualmente o Mercado Comum com as candidaturas de Portugal e da Grécia.

Entretanto, em Paris, o primeiro-ministro italiano — Giulio Andreotti — iniciou, em 20 do corrente, conversações com o presidente francês — Giscard d'Estaing — e, com o primeiro-ministro daquele país — Raymond Barre.

As conversações giraram em torno do futuro da Europa e o desanuviamento entre o Leste e o Oeste, englobando também a discussão do alargamento da Comunidade Econó-

mica Europeia e as primeiras eleições para a Assembleia europeia que se devem efectuar no próximo ano.

Entre outros assuntos tratados pelos dois estadistas e fazendo parte da agenda de trabalhos, a agricultura foi também tema das conversações. Os dois chefes de Estado anuíram sobre a necessidade de uma revisão da política agrícola da Comunidade Económica Europeia sobre produtos do Mediterrâneo, em virtude da possível integração de Portugal, Espanha e Grécia na CEE, insistindo em que os novos membros não deveriam prejudicar os interesses dos agricultores franceses e italianos.

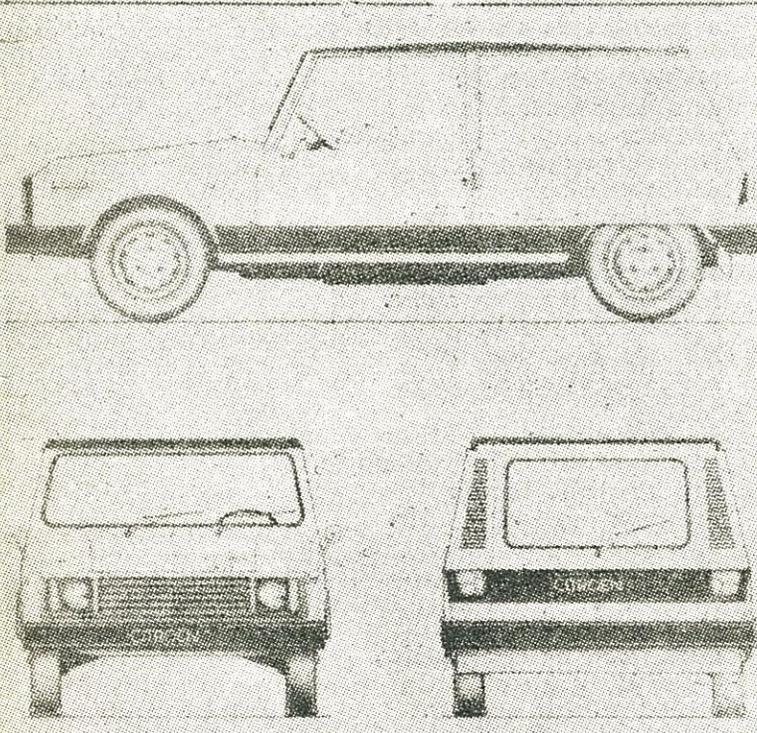
Ao mesmo tempo, em Bruxelas, Pierre Mihaignerie, ministro francês da Agricultura, propôs aos seus parceiros dos «nove» uma reforma do regulamento relativo ao vinho, frutas, legumes frescos e hortaliças, antes que Portugal, a Grécia e a Espanha possam ser admitidos na Comunidade Económica Europeia.

O Governo português deverá debater estes e outros temas com os membros da CEE, visto a decisão governamental, e o pedido formal, indicarem o desejo de se associarem ao Mercado Comum.

PORTUGAL CONSTRÓI UM NOVO AUTOMÓVEL

Antes do final do ano começará a ser produzido pela Citroen um novo carro de características adaptadas às necessidades do mercado português. Designado por Citroen «Vila», é definido como um carro polivalente capaz de satisfazer plenamente as exigências de boa parte dos utilizadores portugueses.

Um estudo e aproveitamento profundo das capacidades produtivas disponíveis permitiu aos técnicos da Citroen conceber um automóvel cuja carroçaria e chassis, para além de muitos outros elementos, são integralmente fabricados no nosso País, o que, segundo a marca francesa, lhe permite uma incorporação certamente jamais atingida entre nós, e representará mais uma resposta



concreta e adequada da Citroen, ao problema nacional da balança de divisas.

O novo veículo caracteriza-se pelas suas múltiplas possibilidades de utilização e grande economia de consumo e manutenção, visando o consumidor que necessita simultaneamente de um carro para trabalho com grande capacidade de transporte e de um carro para turismo.

Juntando-se à gama actualmente existente e produzida em Portugal por aquela marca não virá no entanto substituir nenhum daqueles modelos.

Dispõe de um motor de 602 cc arrefecido por ar, com carburador de duplo corpo e tem tracção à frente.

As restantes características são: Potência, 31 cavalos DIN às 5750 rpm; comprimento, 3,586 m; largura, 1,560 m; peso em ordem de marcha, 720 kg; pneus, 145x15.

Este novo modelo destina-se ao mercado português e à exportação para outros países, em versão de características mais rústicas e aspecto exterior-diferente.

Entretanto a Citroen revelou que, no caso do projecto Peugeot-Citroen para instalação de uma indústria automóvel, vir a ser aceite pelo Governo português, além do Citroen «Vila», duas outras famílias de veículos completamente novos e ainda secretos serão fabricados em Portugal não só para o mercado nacional como também para exportação.

Quanto a preço o «Vila» situar-se-á sensivelmente ao nível do Dyane, ou seja um dos mais baixos do mercado.

As armas e a crise

Entre 1977 e 1990 aumentarão de 67 por cento os investimentos da Europa na aquisição de aparelhos militares e de mísseis, segundo revelou a empresa americana «Frost and Sullivan».

O montante total a investir ultrapassará os 4,5 mil milhões de dólares ainda este ano, vindo a atingir os 7,5 mil milhões em 1990.

Só para a aquisição de aviões, a Europa passará de 2 mil milhões de dólares, em 1977, para o dobro em 1985. Pensa-se que aquelas somas

astronómicas diminuirão de 1985 a 1990, ano em que possivelmente se fixará a quantia de 1,8 mil milhões de dólares destinados à compra de aviões de combate.

O pedido de helicópteros encontra-se calculado em 220 unidades anuais no espaço de tempo compreendido em 1977 e 1980. Ainda respeitante aos aviões de combate deverá atingir um ritmo de produção de 30 unidades mensais.

Até 1980 a produção europeia de mísseis deverá aumentar sensivelmente 20 por cento.

No campo económico europeu, os governos dos nove países da Comunidade Económica Europeia (CEE) constataram que este ano a inflação está a subir mais depressa enquanto o crescimento económico será mais lento do que previam em Março, e que as perspectivas para 1978 não são muito melhores.

Estes dados pessimistas encontram-se num relatório da Comissão Europeia, órgão executivo da CEE, aprovado por representantes dos ministros da Economia e Finanças da Europa dos nove.

O relatório indica que a taxa de crescimento da produção, no ano em curso, será de 3 por cento, enquanto a taxa inflacionária atingirá os nove e meio por cento. O referido relatório assinala ainda que o desemprego se mantém virtualmente em estagnação desde o verão passado, atingindo 5,1 por cento da força de trabalho dos países da CEE, tendo em conta as variações sazonais.

O relatório apresentado pelo órgão executivo da CEE acrescenta ainda que o «provável aumento na produção ficará muito aquém do necessário para melhorar o emprego.

SUBSTITUIÇÃO DE BILHETES DE IDENTIDADE DE MILITARES DO QUADRO PERMANENTE

Conforme circular da Direcção do Serviço de Pessoal, está prevista a substituição total dos actuais Bilhetes de Identidade dos Militares do Quadro Permanente (Q.P.), oficiais asp. a oficial e cadetes da A.M., sargentos e praças readmitidas do Exército, na situação de activo, reserva e reforma.

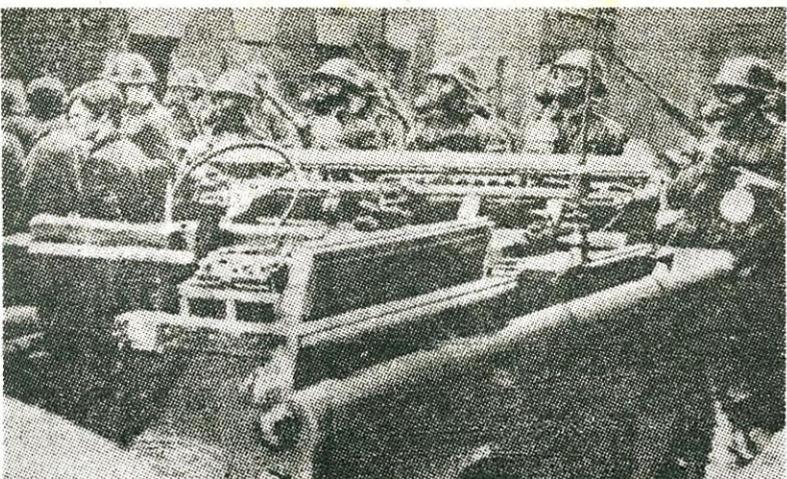
A referida circular foi enviada a todas as unidades que por seu turno, a levam ao conhecimento dos militares que às mesmas pertencem. Queremos, no entanto, contribuir para a divulgação desta circular, dado que existem deficientes sócios da A.D.F.A., na situação de reformados que, estando desligados das unidades, não têm conhecimento deste assunto com facilidade.

A substituição dos Bilhetes de Identidade referidos será feita até 1 de Janeiro de 1978. Para o efeito os militares (neste caso específico reformados) terão que dirigir-se unidade a que pertencem a fim de fornecerem os dados necessários.

Dado que não dispomos de espaço para transcrever a circular a que estamos a fazer referência, os interessados poderão consultá-la em qualquer delegação da A.D.F.A. ou na sede.

A fim de evitar qualquer confusão, salienta-se que reformados são aqueles deficientes que pertenciam ao Quadro Permanente (Q.P.), por conseguinte esta substituição de Bilhete de Identidade nada tem a ver com o cartão de deficiente das Forças Armadas (cartão da lista vermelha).

LÊ ASSINA E DIVULGA



RODÉSIA

AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO

O deterioramento da cena política rodésiana é evidente. Enquanto Ian Smith dissolve o parlamento e convoca eleições gerais para Agosto, o parlamento britânico estuda o envio de soldados para aquela ex-colónia.

A proposta do envio de militares para a Rodésia, apresentada pelo secretário do «Foreign Office», está a dividir profundamente o gabinete britânico.

Apresentar na Câmara dos Comuns as medidas de aplicação do plano anglo-americano de solução do problema rodésiano, David Owen, declarou que seria de admitir «a unificação do exército rodésiano e das forças de libertação nacionalistas no período de transição para a independência».

mentadores declararam que, a unificação do exército só seria levado a bom termo sob o comando britânico.

Contrariando a proposta apresentada Owen e alguns membros do governo declararam que «até mesmo uma participação militar britânica limitada pode ser perigosa». Estes membros governamentais, como o chanceler do tesouro — Denis Healey, e o ministro da Energia — Tony Benn, não escondem o receio que, tal intervenção militar a efectuar-se, não arraste, gradualmente, a Grã-Bretanha para uma espécie de «Vietname» africano.

Como quer que seja, o plano anglo-americano depara com crescentes dificuldades em face do considerável endurecimento das posições do regime minoritário de Ian Smith e dos diri-

gentes da «Frente Patriótica do Zimbabué».

Contradizendo estas opiniões o governo tanzaniano considera que a Grã-Bretanha tomou o compromisso de dissolver as forças do exército e da polícia do regime racista de Ian Smith, antes da transferência do poder para a maioria africana.

Genjamin M'Kapa, ministro tanzaniano dos Estrangeiros, declarou que «a Grã-Bretanha aceitou por termo o regime dos colonos brancos da Rodésia, desmobilizando simultaneamente, o seu exército e a sua polícia, bem como todo o aparelho governamental opressivo de que esse governo dispõe».

Segundo M'Kapa, o governo britânico terá tomado essa posição na recente conferência do «Commonwealth» na capital londrina, altura

em que a delegação tanzaniana focou a questão da desmobilização das forças de segurança do regime ilegal de Smith.

No Maputo a «Frente Patriótica do Zimbabué» declarou que os seus guerrilheiros mataram 851 soldados rodésianos e feriram várias centenas entre Janciro e Maio do ano em curso.

A «Frente Patriótica» declarou através de um comunicado que o Zipa — ala armada da Frente — estava a actuar em dois terços do território rodésiano e que novas áreas

operacionais estavam constantemente a ser abertas.

O comunicado foi emitido em Maputo pela União Nacional Africana do Zimbabué (ZANU) que, juntamente com a União Popular Africana do Zimbabué (ZAPU) forma a Frente Patriótica.

Ainda o mesmo comunicado referindo-se às acções efectuadas pelas guerrilha informa que, durante os primeiros cinco meses deste ano as Zipa efectuaram, 61 ataques de surpresa, 35 emboscadas, 65 operações de sabotagem e mais de 50 ataques.

AS VÍTIMAS DA GUERRA COLONIAL AINDA NÃO FORAM ESQUECIDAS

No dia 11 de Julho aconteceu na Televisão um momento sério que espontaneamente apelou à reflexão de todos. Foi no programa da Cornélia.

O concorrente Assis Pacheco leu-nos uma poesia da sua autoria que evoca a morte do soldado Bento. Foi um balde de água fria num programa concebido para distrair que de pedagógico tem muito pouco.

Para a história da programação da RTP nada ficará enquanto esta continuar interessada em esconder grandes realidades deste País que são tantos problemas, tantas carências e algumas realizações do nosso Povo já conseguidas, por vezes contando com a indiferença e até a hostilidade das classes que detêm o poder.

O tema era a «Sorte». Dentro do espírito que já trazíamos dos programas anteriores muitos de nós não esperávamos aquele momento de verdade em que o antifascismo do Povo Português ficou bem claro, manifestado pelo silêncio que se seguiu nos telespectadores e nas palavras embargadas pela emoção do componente do júri Raul Calado.

As mães portuguesas não esquecerão tão depressa a angústia que sentiam quando os seus filhos ves-

tiam a farda e em qualquer momento podiam ser chamados para as colónias para defender uma causa perdida que não se compadecia com os sentimentos das pessoas e que nada dizia ao Povo deste País.

Como o relembram meia dúzia de camaradas nossos em carta recentemente dirigida ao senhor Fernando Assis Pacheco publicada no «Diário de Lisboa» de 15 de Julho e que passamos a transcrever na íntegra:

«Somos uma meia dúzia de deficientes das Forças Armadas que, após a transmissão do concurso «A Visita da Cornélia» da passada segunda-feira (NR — de 4.7.77), resolvemos escrever-lhe.

A razão de ser desta carta está no poema que dedicou ao nosso camarada Bento; creio que nenhum de nós, para além de uma ou outra palavra, fixou o poema na sua totalidade; e como o Assis disse, tocou-nos cá bem no fundo e obrigou-nos a recordar um pouco coisas terrivelmente tristes; por momentos, estou plenamente convicto, todos nós, deficientes das Forças Armadas, nos sentimos ser o nosso camarada Bento.

Esse poema ajudou a que o Povo

não esqueça (ou tenha recordado) os 11.000 mortos (muitos deles seriam Bento) e os cerca de 30.000 Bentos que se encontram deficientes.

Pena é que esse poema, possivelmente, não tenha sido ouvido por certas pessoas ou, se o foi, temos a certeza que o não compreenderam...

A opinião de todo o júri só poderia ser aquela que foi; porém, amigo Assis Pacheco, as lágrimas do Raul Calado conseguiram dizer o que ele próprio não foi capaz.

Resta-nos agradecer ao Assis Pacheco a forma extraordinária como recordou o nosso camarada Bento e ao júri (desde o Calado ao Renato) pelas palavras sensibilizadoras que os 30 segundos lhes permitiram que dissessem.

Enquanto existirem pessoas como todos vós, nós, deficientes das Forças Armadas, continuaremos a ser «uma força justa de uma guerra injusta». Obrigado, Assis Pacheco, Obrigado, membros do júri.

O «Elo» não fica indiferente a esta manifestação que nos toca a todos como portugueses e como DFA. Aqui se regista o facto. Para que nunca se esqueça.

MÉDIO ORIENTE

NOVA CONFERÊNCIA DE PAZ EM GENEBRA

As Nações Unidas e a secretaria norte-americana de Estado estão a efectuar preparativos para convocar para Novembro a Conferência de Paz de Genebra sobre o Médio Oriente, diz o jornal cairota «Al Ahran».

O mesmo jornal acrescenta que a data exacta para a realização da conferência será determinada durante a visita que o secretário norte-americano de Estado, Cyrus Vance, efectuará em Agosto aos países Árabes e a Israel.

Entretanto, o primeiro-ministro israelita, Menahem Begin, sugeriu que a conferência deveria ser marcada para 10 de Outubro. A sugestão de Begin foi imediatamente aceite pelo presidente egípcio, Anwar Sadat, que declarou: «se Israel quer a paz será feita».

O «Al Ahran» referiu-se igualmente à hipótese da conferência decorrer em Outubro embora Washington e as Nações Unidas tenham inicialmente previsto o mês de Novembro.

A Conferência de Genebra, realizada sob os auspícios das Nações Unidas, funcionou durante um breve espaço de tempo após a guerra israelo-árabe de 1973, malogrando-se desde então todas as tentativas para o reatamento das negociações, sob a presidência dos Estados Unidos e da União Soviética.

Entretanto, e muito curiosamente, um relatório alegadamente elaborado pela CIA e pelo Pentágono divulgado hoje prevê «modificações radicais» no Médio Oriente, em consequência do fracasso dos esforços para conseguir um acordo de paz na área, até agora.

A revista árabe «Al Watan Al Arabi», publicada em Paris, é quem dá conta, em notícia datada de Washington, deste relatório.

O documento — sublinha a revista — recomenda que os Estados Unidos procurem aproveitar-se dos esperados acontecimentos para prepararem «os seus próprios golpes militares» no Médio Oriente.

A publicação sublinha um passo do relatório no qual se afirma que os Estados Unidos «não devem procurar evitar um golpe que seria dado contra um regime que pode ser favorável a Washington».

«Não há inimigos ou amigos permanentes em política, apenas interesses» — conclui o relatório.

CUSTO DE VIDA: AUMENTA... AUMENTA...

É um facto real, o aumento vertiginoso do custo de vida. O consumidor olha apreensivo para o dinheiro que terá que dispendir para adquirir qualquer produto. Além da chantagem praticada por certos comerciantes sobre produtos vendidos em autêntico regime de mercado negro.

A fiscalização económica insuficiente, e um programa informativo de aviso aos consumidores, são agravantes do insuportável ritmo de nível de vida. Estas questões, já por nós abordadas num dos números anteriores do nosso ELO, são aliás apreensões das entidades oficiais.

Sem um combate eficaz aos «desvios» cometidos pelos comerciantes desonestos, o consumidor continuará a ser a presa, fácil da ave de rapina.

Acontece por exemplo com o (in)fiel amigo — o bacalhau. O bacalhau que durante anos foi o «desafogo» de milhares de famílias, considerado como o «alimento do pobre», recebe nos dias que vão correndo as honras do «inacessível desejado». Contribui enormemente para que tal se verifique, a especulação generalizada que envolve o referido pescado. O bacalhau, que hoje apenas é vendido a «certos amigos» depois da aquisição de uma enorme quantidade de produtos, mais ou menos indispensáveis, tornou-se um «artigo de luxo».

Quem diz o bacalhau, diz outros produtos de primeira necessidade, que desde há um ano a esta parte atingiram preços verdadeiramente alarmantes.

O Instituto Nacional de Es-

tatística divulgou alguns importantes dados sobre o assunto que estamos a referir. Tomemos como referência o mês de Julho de 1976 e o mês de Julho de 1977.

Apresentamos em seguida alguns preços «de tabela», primeiramente o produto, seguindo-se o preço do ano passado e imediatamente «o preço em vigor».

Começemos pela fruta:

Ameixa — 12\$80 — 31\$30;
Bananas — 26\$50 — 34\$10;
Pessegos — 12\$50 — 55\$10;
Uvas — 23\$10 — 92\$20;
Cerejas — 19\$90 — 52\$70.

Esta a panorâmica que nos oferece o aumento da fruta.

Mas infelizmente com os outros produtos alimentares sucede-se precisamente a mesma coisa.

O pargo que em 1976 estava a 83 escudos, deverá ser pago presentemente a 137 escudos por quilograma.

A pescada subiu de 119\$20 para 148 escudos.

Para os amantes da carne o panorama não é menos sombrio.

As costeletas de carneiro que eram pagas em Julho passado a 76 escudos, são agora pagas a cento e vinte e cinco escudos.

Os amantes do chouriço assado como petisco terão agora que dispendir 120\$80 enquanto no ano passado o adquiriam por 97\$80. O fiambre passou de 98\$10 para 181\$30.

Outros produtos tiveram também notório aumento. A manteiga, por exemplo que era paga a 56 escudos, agora quem quiser barrar o pão com man-

teiga, terá que dispendir pela mesma uma nota de cem. O queijo flamengo aumentou de 75\$60 para 135\$10, o atum passou de 112\$40 para 180\$30.

Evidentemente que as donas de casa, ou os leitores habitados a «ir às compras» notarão diferenças entre as tabelas por nós apresentadas e as praticadas.

Tais factos são, tal como dizemos no início deste artigo, resultantes duma fiscalização económica e consequentemente da especulação a que o consumidor está sujeito por parte dos desonestos comerciantes/intermediários e outros.

Enfim, seja como for, o valor real dos trabalhadores é em muitas vezes inferior ao do ano passado.

Numa consulta à pequena lista que fornecemos, pode-se constatar que os produtos aumentaram mais de 50 por cento em média.

Em contrapartida os aumentos salariais nunca são superiores aos 15 por cento.

VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA



ÓRGÃOS SOCIAIS REGIONAIS E LOCAIS ELEITOS TOMAM POSSE

Dado que os Órgãos Sociais Centrais só recentemente tomaram posse, 12 de Julho, conforme noticiamos noutro local deste jornal, os Órgãos Sociais Regionais e Locais, eleitos em 18 de Junho, tiveram que aguardar para entrarem em funções.

Com a entrada em funções dos Órgãos Sociais Centrais pôde-se, imediatamente, dar posse aos Órgãos de Zonas e Delegações o que passou logo a ser tratado.

Apresenta-se, de seguida, a relação dos Órgãos Regionais e Locais, bem como os nomes dos associados que os integram.

ZONA NORTE — DELEGAÇÃO DO PORTO

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ZONA

Votos a favor	108 (87,1 %)
Votos contra	12 (9,7 %)
Votos brancos	3 (2,4 %)
Votos nulos	1 (0,8 %)

Composição da lista eleita:

Presidente: Joaquim Mano Póvoas	Sócio n.º 252
1.º Secretário: José Luís Rodrigues de Noronha	Sócio n.º 1625
2.º Secretário: Amadeu Artur Felgueiras	Sócio n.º 1080

DIRECÇÃO DE ZONA

Votos a favor	109 (88,0 %)
Votos contra	7 (5,6 %)
Votos brancos	6 (4,8 %)
Votos nulos	2 (1,6 %)

Composição da lista eleita:

Presidente: Joaquim Francisco Couceiro Ferreira	Sócio n.º 1
Vice-Presidente: Abel Artur dos Santos Fortuna	Sócio n.º 580
1.º Secretário: Jorge Manuel Martins Pires	Sócio n.º 2596
2.º Secretário: Carlos Alberto de Oliveira Quelhas	Sócio n.º 1637
Tesoureiro: José dos Santos Rodrigues Teixeira	Sócio n.º 1201

CONSELHO FISCAL DE ZONA

Votos a favor	106 (85,5 %)
Votos contra	11 (8,9 %)
Votos brancos	4 (3,2 %)
Votos nulos	3 (2,4 %)

Composição da lista eleita:

Presidente: Albino Fernando Oliveira Duarte	Sócio n.º 1383
Relator: Fernando Ferreira de Oliveira	Sócio n.º 1642
Vogal: Alcino Alfredo Vieira Machado	Sócio n.º 1974

ZONA CENTRO — DELEGAÇÃO DE VISEU

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ZONA

Listas concorrentes: 1	
Votos a favor	114
Votos brancos	19
Votos nulos	2

Composição da lista eleita:

Presidente: Aires Dias de Oliveira Abrantes	Sócio n.º 2370
1.º Secretário: José Soles Girão	Sócio n.º 895
2.º Secretário: Joaquim Alberto Padinha de Oliveira	Sócio n.º 506

DIRECÇÃO DE ZONA

Listas concorrentes: 1	
Votos a favor	123
Votos brancos	10
Votos nulos	2

Composição da lista eleita:

Presidente: Almir Pais Correia	Sócio n.º 1442
Vice-Presidente: Leonídio Carlos Martins Pina	Sócio n.º 5120
1.º Secretário: Manuel Clemente dos Santos	Sócio n.º 923
2.º Secretário: Bernardino António Azevedo	Sócio n.º 3
Tesoureiro: Mário José Ribeiro Soares Peixoto	Sócio n.º 56

CONSELHO FISCAL DE ZONA

Listas concorrentes: 2, denominadas «A» e «B»	
Lista «A»: Votos a favor	60
Lista «B»: Votos a favor	50
Votos brancos	20
Votos nulos	5

Composição da lista eleita:

Presidente: António Prata Rodrigues Inez	Sócio n.º 1332
Relator: João de Jesus Mendes	Sócio n.º 3451
Vogal: David Taborda Barata	Sócio n.º 4458

ZONA SUL — DELEGAÇÃO DE ÉVORA

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ZONA

Votos a favor	29
Votos contra	0
Votos brancos	0
Votos nulos	0

Composição da lista eleita:

Presidente: Manuel Joaquim Calhau Branco	Sócio n.º 1591
1.º Secretário: José Fernando Estriga	Sócio n.º 1360
2.º Secretário: Manuel Maria	Sócio n.º 1994

DIRECÇÃO DE ZONA

Votos a favor	26
Votos contra	3
Votos brancos	0
Votos nulos	0

Composição da lista eleita:

Presidente: Joaquim Alberto Santana Valadas	Sócio n.º 2123
Vice-Presidente: Laurindo José Frango da Silva	Sócio n.º 2427
1.º Secretário: Florentino Joaquim Polido Valadas	Sócio n.º 2426
2.º Secretário: Joaquim Manuel Vicente Saragoça	Sócio n.º 2149
Tesoureiro: José Plácido Rodrigues de Almeida	Sócio n.º 2086

CONSELHO FISCAL DE ZONA

Votos a favor	27
Votos contra	1
Votos brancos	1
Votos nulos	0

Composição da lista eleita:

Presidente: José Narciso Mira	Sócio n.º 2933
Relator: Augusto José Marchante de Oliveira	Sócio n.º 1103
Vogal: António João Ferreira dos Santos	Sócio n.º 1778

CONSTITUIÇÃO DAS DIRECÇÕES DE DELEGAÇÃO ELEITAS EM 18/6/77

DELEGAÇÃO DEFAMALICÃO:

Presidente: Anquises Fernando Cróccia Barbosa de Carvalho	Sócio n.º 3505
Secretário: António Joaquim Magalhães Alves	Sócio n.º 171
Tesoureiro: Manuel da Rocha Ferreira	Sócio n.º 3144

DELEGAÇÃO DE COIMBRA:

Presidente: José de Almeida Silva	Sócio n.º 2278
Secretário: José Martins Maia	Sócio n.º 244
Tesoureiro: João Pereira de Sousa	Sócio n.º 2991

DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO:

Presidente: José Eduardo Garrido Nunes	Sócio n.º 1086
Secretário: José Fernando Delgado Gonçalves	Sócio n.º 3872
Tesoureiro: Joaquim Vilela dos Santos	Sócio n.º 4108

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL:

Presidente: José Maria Rosa	Sócio n.º 52
Secretário: Luís Filomeno Mosca das Neves	Sócio n.º 1478
Tesoureiro: Abílio Marques Loureiro	Sócio n.º 4899

DELEGAÇÃO DE ANGRA DO HEROÍSMO:

Presidente: Oldemir Natal de Freitas Cordeiro	Sócio n.º 2424
Secretário: João Tiago Toste André	Sócio n.º 4454
Tesoureiro: Eduíno Manuel Rocha Ornelas	Sócio n.º 3118

A ADFA ENVIOU UM DELEGADO AOS AÇORES

Um delegado da ADFA deslocou-se recentemente à Madeira e aos Açores conforme foi noticiado no último número do «Elo», a fim de prestar apoio, directamente, aos deficientes das Forças Armadas e familiares de militares falecidos, especialmente aos primeiros no que respeita a revisão processual.

De certo modo desfavorecidos em relação aos deficientes das Forças Armadas do continente, devido à distância a que se encontram de Lisboa (Ministérios e sede da ADFA), deficientes das Regiões Autónomas da Madeira e Açores tiveram assim através desta diligência da Associação, oportunidade de procederem, aqueles que têm direito, ao pedido de revisão processual nos termos do decreto-lei n.º 43/76.

O delegado da ADFA permaneceu nos Açores de 24 de Maio a 14 de Junho tendo percorrido todas as ilhas, onde contactou uma grande número de deficientes e familiares de militares falecidos.

Tal como sucedeu na Madeira, o delegado da ADFA solicitou apoio ao Comando da Região Militar dos Açores, o qual foi prestado, tanto através da divulgação do programa do delegado da ADFA como colocando ainda à sua disposição uma viatura e um condutor. É de salientar também o apoio dado pelas câmaras municipais. Os órgãos de comu-

nicação Social também contribuíram solitamente, através da divulgação do programa do delegado da ADFA.

Nesta deslocação aos Açores foram contactadas mais de 150 pessoas, tendo sido, elaborados 32 requerimentos e tomado nota de 32 assuntos para diligências em Lisboa.

Como conclusão desta visita de trabalho aos Açores ressalta o facto de muitos pais de militares falecidos se encontrarem sem pensão de preço de sangue, só porque ainda não têm 70 anos de idade e não obtêm o atestado médico de incapacidade, não obstante carecerem de pensão. Os beneficiários da pensão de preço de sangue manifestaram estranheza e descontentamento pelo facto de as pensões não serem iguais, dentro de iguais postos dos militares falecidos.

Este é mais um facto a provar que se impõe a alteração da lei que regulamenta a atribuição das pensões de preço de sangue.

Durante a estadia do delegado da ADFA, trabalhador da secretaria da sede, Martins, nos Açores realizou-se uma reunião em Ponta Delgada, com cerca de 80 deficientes das Forças Armadas e familiares de militares falecidos, tendo-se chegado à conclusão de que se torna necessário abrir uma delegação em Ponta Delgada, tendo sido para o efeito, elaborada uma acta que foi enviada aos órgãos superiores da ADFA.

INSCRIÇÃO NOS SERVIÇOS DAS FORÇAS ARMADAS

Noticiámos no último número do «Elo» que os deficientes das Forças Armadas não abrangidos pelo decreto-lei 43/76, mas feridos em serviço e que, por conseguinte, recebem pensão de invalidez também têm direito à inscrição nos Serviços Sociais das Forças Armadas. Referimos também que neste número do «Elo» devíamos uma informação alargada sobre as regalias de que os sócios dos SSFA podem usufruir.

Assim, conforme prometido, eis algumas das principais regalias:

— 75% de desconto em todos os medicamentos. As receitas podem ser aviadas nas farmácias militares, onde serão deduzidos directamente os 75%, ou em qualquer farmácia civil. Neste último caso é pago o quantitativo total dos medicamentos, mas o sócio dos Serviços Sociais é reembolsado dos 75% mediante entrega dos recibos nos SSFA.

— Os SSFA contribuem com 80% em todas as consultas até 200\$00. Nas consultas que ultrapasam os 200\$00 os SSFA contribuem com 200\$00 por consulta.

— Conparticipação, em grande

TOMAM POSSE OS ÓRGÃOS SOCIAIS ELEITOS

Tomaram posse no dia 12 de Julho, encorajando-se a partir daí em funções, os Órgãos Sociais Centrais.

A tomada de posse verificou-se mais de um mês depois da data do acto eleitoral (4 de Junho) em que as listas A foram eleitas, devido a um pedido de impugnação da eleição dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral Eleitoral subscrito pelos elementos da lista B para a Direcção Central.

Este pedido de impugnação foi objecto de uma análise profunda por parte da M.A.G.E., a qual deliberou considerar a impugnação improcedente e como tal indeferida, visto carecerem

OR

Delegação	N.º votantes
BRAGANÇA	11
FAMALICÃO	16
PORTO	88
COIMBRA	34
CAST. BRANCO	16
VISEU	82
LISBOA	159
SETÚBAL	4
ANG. HEROÍSMO	—
ÉVORA	13
TOTAIS	433
PERCENTAGENS

A ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

DELEGAÇÃO DE VISEU LEVA ASSISTÊNCIA SOCIAL À PRÁTICA UMA INICIATIVA DOS SÓCIOS DA DELEGAÇÃO

Noticiou-se, oportunamente a realização de um plenário na delegação de Viseu que, entre outras conclusões, decidiu criar um Fundo Social para fazer face a situações mais prementes e de emergências de alguns associados. Esta iniciativa começa já a dar os seus frutos como se vê no texto que a seguir se reproduz, da autoria dos responsáveis daquela delegação.

Um grupo de Deficientes, sócios da A.D.F.A., adstritos à Delegação de Viseu, apresentou aos restantes associados, uma proposta que pretendia beneficiar aqueles que em momentos críticos tenham apoio por parte da A.D.F.A.

Essa proposta, apresentada em Plenário da Delegação, com a presença de 120 sócios, foi aprovada por Unanimidade. Fundamentalmente, essa proposta visou a criação de um Fundo Social, cujo montante é formado por inscrição voluntária de cada associado, na importância correspondente ao au-

mento da pensão, concedido através dos decretos 49/B/77 de 12 de Fevereiro, 75/V/77 de 28 de Fevereiro, 922/76 e 923/76 de 31 de Dezembro. Atendendo que a A.D.F.A. neste momento não dispõe de uma verba que permita resolver alguns problemas que vão surgindo no dia a dia de cada sócio, esta iniciativa, se tiver a aderência da grande maioria, poderá a curto prazo atingir uma importância fundamental, contribuindo para a resolução e apoio nos momentos em que os sócios sentirem necessidade de

recorrer ao Fundo Social por eles construído e desenvolvido. O apoio é efectuado sob a forma de empréstimos, de acordo com as disponibilidades existentes no Fundo e o motivo que leva o interessado a solicitar o empréstimo. O Fundo Social é constituído apenas pelos sócios residentes nos estritos de Viseu e da Guarda, e só a eles, são concedidos os empréstimos. Neste momento, são os seguintes associados que já contribuíram para o desenvolvimento do Fundo:

Ernesto Marques Balula — Sócio n.º 3560	1 350\$00
Arnaldo Duarte Pereira — Sócio n.º 1404	1 225\$00
Almiro Pais Correia — Sócio n.º 1442	1 373\$50
Américo Pinto Cela — Sócio n.º 3192	1 175\$00
Hélder Manuel F. Ferreira Cortez — Sócio n.º 2754	1 000\$00
António Joaquim F. Antunes — Sócio n.º 4406	700\$00
Hermínio Fernandes do Amaral — Sócio n.º 3196	1 500\$00
Bernardino António de Azevedo — Sócio n.º 0003	1 500\$00
José Prata Alves — Sócio n.º 4203	1 150\$00
Delfim Ferreira Marques — Sócio n.º 2877	1 112\$50
Agostinho F. da Silva Ferreira — Sócio n.º	1 500\$00
Álvaro Loureiro Henriques — Sócio n.º 2110	1 050\$00
José Correia Martins — Sócio n.º 4834	975\$00
Agostinho de Oliveira Pinto — Sócio n.º 3569	1 000\$00
Sociedade de Beneméritos Lda.	50\$00
Carlos de Figueiredo Sousa — Sócio n.º 4414	1 524\$00
Grupo de Sócios	80\$00
Arnaldo Duarte Pereira — Sócio n.º 1404 «Oferta»	40\$00
Arlindo Santana Aguiar — Sócio n.º 4625	1 000\$00
Isabel Lopes Filipe — Sócia n.º	1 000\$00
João da Costa Vasconcelos — Sócio n.º 1400	1 500\$00
Mário José Ribeiro Soares Peixoto — Sócio n.º 0056	1 000\$00
Leonídio Carlos Martins Pina — Sócio n.º 5120	1 000\$00
Até agora fizeram-se dois empréstimos, um de 12 000\$00 e outro de 9 100\$00. O total das entregas é portanto de:	23 805\$00

E N T R A I S

Os resultados e números de votos utilizados não ser coincidente nos três meios de avaliação utilizados, não houve votação para a Mesa da Assembleia Geral Nacional e que o número de votantes para a Direcção Central não é o mesmo que o número de votantes para o Conselho Fiscal Central.

Face a estas anomalias e disparidades a Mesa da Assembleia Geral Eleitoral deliberou considerar nula a votação para os Órgãos Sociais Centrais realizada na delegação de Angra do Heroísmo.

RESULTADOS FINAIS

Apresenta-se a seguir o quadro dos resultados finais.

CENTRAIS

CENTRAL		C. F. C.			
V. brancos	V. nulos	V. a favor	V. contra	V. brancos	V. nulos
0	0	10	0	1	0
0	0	13	3	0	0
3	4	77	4	6	1
1	2	26	5	2	1
1	0	10	5	1	0
2	2	77	3	2	0
2	1	116	29	5	9
1	0	10	3	1	0
0	0	13	0	0	0
10	9	352	52	18	11
2,3 %	2,1 %	81,3 %	12 %	4,2 %	2,5 %

O camarada que solicitou o empréstimo de 12 contos, chama-se AGOSTINHO FERNANDES DA SILVA FERREIRA, com 30 anos de idade e o qual tem a seguinte história; incorporado em 1967, com a especialidade de atirador, foi mobilizado para a Guiné. Em consequência dos esforços físicos, má alimentação e clima, veio a adquirir grave doença pulmonar que motivou a sua evacuação para o HMDIC, onde esteve cerca de 3 meses, sendo posteriormente transferido para o Sanatório do Caramulo onde esteve internado durante 25 meses. Presente a uma JHI, foi considerado incapaz para todo o serviço militar, com a doença considerada como adquirida em campanha. Fixa residência em Lisboa, mas a conselho médico, transfere-se para a província devido às condições climatéricas. Adquire uma casa quase em ruínas, em Canidelo — Cepões — Vila Nova de Paiva, com algum dinheiro que tinha conseguido amealhar. No entanto, a casa precisava de ser arranjada

e ele não tinha dinheiro. Solicitou um empréstimo ao Fundo Social e foi-lhe concedida a importância de 12 contos, e assim pôde dar início à reparação da casa, embora esta importância não chegasse, mas naquele momento o Fundo não dispunha de mais dinheiro. Mas já deu para remediar. Se todos os camaradas derem a sua contribuição o mais breve possível, haverá mais dinheiro e o Fundo Social poderá resolver mais problemas, até porque nenhum de nós sabe quando terá também necessidade de ser apoiado. Assim todos aqueles que estiveram no Plenário, onde se aprovou a proposta, podem dar a sua colaboração o mais breve possível, pois há neste momento uma associada, viúva, que deseja um empréstimo de 20 contos, para reparação da pequena e pobre casa onde vive, e o Fundo neste momento não tem dinheiro. Camarada, tu que aprovaste a proposta e mesmo que não tenhas estado presente, participa na constituição deste Fundo Social, do qual um dia também podes beneficiar.

DELEGAÇÃO DE COIMBRA PROMOVE CONCURSO DE PESCA

A delegação da A.D.F.A. em Coimbra está a preparar um concurso de pesca que se realizará no dia 14 de Agosto na Figueira da Foz. Esta iniciativa da delegação de Coimbra insere-se na campanha de dinamização que esta delegação tem vindo a desenvolver na sua área, no sentido de conseguir uma maior aproximação dos associados e uma melhor ligação dos deficientes aos restantes sectores da população. Embora o concurso tenha como objectivo fundamental o atrás referido, haverá prémios em disputa oferecidos por diversas empresas e organizações populares do distrito.

FILATELIA

EMISSÃO ALUSIVA À FLORESTA (CICLO DOS RECURSOS NATURAIS)

A floresta constitui um dos mais preciosos recursos da humanidade.

É um ecossistema da grande produtividade, e não apenas uma colecção de árvores ou uma fábrica de troncos, mas um conjunto de seres vivos e de factores do meio que formam o ambiente florestal.

É constituída pelas árvores e por toda a vegetação que a acompanha (arbustos, plantas herbá-

A floresta oferece protecção ao solo contra a erosão, fixa as dunas do litoral, aumenta os lençóis freáticos e regulariza os caudais, fornece abrigo contra o vento e as avalanches, constitui locais de abrigo para a fauna silvestre e sítio para o gado pastar sob o seu coberto, purifica o ar e contribui de modo importante para a oxigenação da atmosfera.

Um dos serviços que assumem cada vez maior relevo é o papel da floresta como local de recreio e de lazer e uma fonte de beleza e de ideal estético onde o homem traumatizado pelo ritmo agressivo da vida moderna

veitamento de raro significado. Defender e respeitar a floresta é pois um dever que a todos incumbe e para o qual devemos contribuir de qualquer forma ou meio.

ENG.º RESINA RODRIGUES
Direcção Geral
dos Recursos Florestais

EMISSÃO COMEMORATIVA DA ENTRADA DE PORTUGAL PARA O CONSELHO DA EUROPA

Devastada por duas guerras fratricidas, a Europa de 1945 sabe que terá de encontrar em si própria a força e a capacidade necessárias para se erguer dos escombros e retomar a marcha. O seu passado comum de grandeza e civilização, o seu presente comum de adversidade dão-lhe a certeza de que terá de ser comum o seu futuro de reconstrução.

Em 1946, W. Churchill dá, mais uma vez, provas da sua lúcida visão histórica ao afirmar no discurso de Zurique: «Devemos criar uma espécie de Estados Unidos da Europa (...). O primeiro passo será constituir um Conselho da Europa».

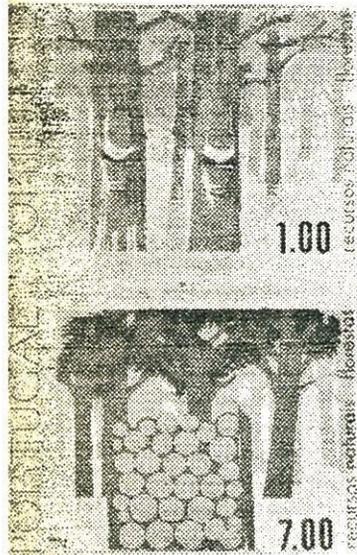
Por iniciativa do Movimento Europeu, reúne-se na Haia, em 1948, o Congresso da Europa. Nele participaram a maior parte dos homens políticos, dos pensadores e dos militantes partidários, para quem a unidade europeia é necessidade premente.

A 5 de Maio de 1949, será assinado o Estatuto do Conselho da Europa e a sua sede fixada em Estrasburgo.

Estava aberta a porta à «Europa das Instituições». Uma nova era de cooperação, de debate esclarecedor, de directrizes conjuntas tinha sido inaugurada.

A oportunidade desta emissão filatélica é tanto maior quanto com ela se comemorava um acontecimento de significado ímpar na História de Portugal. A adesão do nosso país ao Conselho da Europa marca o início de uma nova era. A Democracia, a Liberdade, a Paz e a Dignidade Humana serão doravante, e pela primeira vez, valores comuns aos países democráticos Europeus e a Portugal.

ANABELA M. M. CARDOSO
Adido da Embaixada do Quadro Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.



ceas, etc.), pela fauna (desde os mamíferos e aves até aos animais microscópicos) e pelo solo e factores do clima.

Este conjunto, quer seja a floresta natural quer a floresta instalada pelo homem, fornece uma gama variada e enorme de bens e de serviços.

Entre os bens directos avulta como principal a produção de lenho e de madeira utilizados para inúmeros fins, tais como construção civil, mobiliário, utensílios, construção naval, fabrico de papel, embalagens, etc. Oferece ainda outros produtos, alguns de grande importância como é o caso da cortiça de que o nosso País é o primeiro produtor mundial, as resinas, os taninos, os frutos.

O papel económico da floresta tem assim o maior relevo, pois além das matérias primas fornecidas dá trabalho a muitas pessoas que se ocupam quer dos trabalhos de sementeira, plantação e de exploração e do estabelecimento de infraestruturas, quer de transformação fabril dos produtos florestais.

Os serviços prestados pela floresta são variados e assumem a maior importância.

pode retemperar as suas energias no contacto com a paz e o silêncio, que o equilíbrio e a serenidade do ambiente florestal proporcionam.

No nosso País, a floresta assume grande importância pois ocupa mais de um terço da superfície total do território, contribuindo poderosamente e de modo decisivo na economia nacional, principalmente através dos produtos derivados do lenho (celuloses, madeiras serradas e aglomeradas), das cortiças e das resinas.

Por outro lado e ainda dentro do conceito geral de floresta devemos considerar a silvo-pastorícia enquadrando as pastagens de montanha e as pastagens de sob coberto (em montados), cuja prática para além da beleza e do bucolismo que transmite, traz ainda um reforço e apro-



SEMINÁRIO SOBRE DEFICIENTES

(Continuação da 1.ª pág.)

produz e que, no caso dos deficientes, são muito mais importantes do que no caso das pessoas não deficientes.

PROGRAMA DO SEMINÁRIO

Embora ainda não se tenha conhecimento detalhado do programa do Seminário, conhecem-se, contudo, já alguns pormenores do mesmo, constantes de uma comunicação que nos foi enviada pela Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral e que são os seguintes:

O Assunto: Motivar os deficientes no sentido de lhes proporcionar um sentido para a vida com ênfase nas actividades desportivas e recreativas. Este seminário será essencialmente prático, com vista à participação dos elementos presentes, e serão dadas condições a todos os delegados interessados em aprender técnicas desportivas e de recreação de o fazer e até de as pôr em prática. As actividades desportivas debruçar-se-ão no desporto não competitivo em relação ao Atletismo, enquanto que as actividades recreativas debruçar-se-ão sobre um campo muito vasto de actividades, incluindo vela, canoagem, dança em cadeiras de rodas, equitação, apreciação musical e uma série de assuntos ligados à expressão pela arte.

A quem é dirigido este seminário? A todos os profissionais, administradores, terapeutas, organizadores desportivos, médicos interessados neste campo de grande importância e a todos os deficientes. Esperamos que mais ou menos metade dos delegados presentes serão eles próprios deficientes.

Língua usada durante o seminário. A parte teórica do seminário terá o apoio de um serviço de tradução simultânea em inglês, francês e português. A parte prática do seminário será apoiada por tradutores espanhóis, italianos, e possivelmente árabes, além da tradução simultânea.

O seminário terá lugar no Hotel Penta em Lisboa, este hotel é de 4 estrelas e muito moderno. Preços vantajosos foram conseguidos para todos os que desejam permanecer neste hotel. O hotel além de tudo mais, está devidamente equipado para receber deficientes em cadeiras de rodas. As suas instalações são excelentes tanto para as conferências como no que se refere a instalações para praticar desportos. Previmos a vinda de 200 a 250 delegados provenientes da Europa.

O programa, está ainda a ser elaborado mas, a sua minuta estará pronta brevemente. Haverá dois programas coincidentes, dedicados ao desporto e à recreação, sendo tratado um dos vários aspectos do tema «motivação à vida» todos os dias. Contamos com a participação de vários oradores provenientes de todos os países do mundo incluindo a Grande Bretanha e os Estados Unidos. Pensamos organizar um programa extensivo de filmes ligados aos vários aspectos dos assuntos do seminário.

Exposição de aparelhos e de equipamento auxiliar, pensamos montar uma exposição de aparelhos e de equipamento auxiliar com o apoio de organismos comerciais, apropriados aos deficientes, cujo teor estaria directamente ligado ao desporto e à recreação.

OBJECTIVO:

Sendo difícil a integração social do grande deficiente, servirá este seminário de veículo de mentalização da sociedade, demonstrando que os deficientes têm os mesmos desejos, aspirações e direitos que os outros membros da sociedade.

Servirá também para encorajar deficientes, familiares e demais pessoas ligadas ao problema da reabilitação, a interessarem-se e a participarem neste tipo de actividades.

CONDIÇÕES:

Os participantes nacionais que se inscrevam neste seminário, deverão dar garantia de continuação deste tipo de trabalho a nível local e regional. As inscrições de participantes nacionais, terão um limite e, só serão aceites para maiores de 17 anos.

BOLSAS:

Poderão ser concedidos subsídios de inscrição, a alguns participantes que satisfaçam, para além das condições atrás referidas, os seguintes requisitos:

- 1 — Que hajam demonstrado, por iniciativas individuais, colectivas ou pela sua actividade profissional manifesto interesse na ocupação de tempos livres para deficientes com vista à sua efectiva integração na sociedade;
- 2 — Que careçam de capacidade económica para suportar o custo da inscrição.

TAXAS DE INSCRIÇÃO NO SEMINÁRIO

	Toda a semana	Por dia
Cada delegado	Esc. 2000\$00	Esc. 350\$00
Auxiliar	Esc. 1000\$00	Esc. 300\$00

A Organização do Seminário, tem ao dispor dos delegados que precisem de ajuda permanente, uma equipa de jovens habilitados neste tipo de ajuda, que a fará a título gracioso.

N. B. — As refeições estão incluídas na taxa de inscrição do seminário bem como as despesas de transporte e das actividades recreativas.

Este Seminário é um seminário internacional que visa chamar as pessoas dos vários países do mundo.

Trata não só com a paralisia cerebral como também com todo o tipo de grave deficiência física. Esperamos que a maioria dos delegados presentes sejam eles próprios deficientes, só assim é que o seminário poderá servir para esclarecer as necessidades, aspirações e capacidades dos deficientes, de uma maneira equilibrada e realista.

A função do Seminário é fundamental. O que nós pretendemos é estimular e desenvolver a criação de oportunidades desportivas e recreativas para deficientes, dar conhecimento ao mundo inteiro da situação, integrar os deficientes aonde é possível fazer a integração e sobre tudo de um modo geral criar melhores condições de vida para os deficientes muito incapacitados.

O seminário está a ser organizado pela Spasties Society, 12 Park Crescent, London, England e pela Associação Portuguesa de Deficientes e a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral em Lisboa, recebendo o apoio da International Cerebral Palsy Society.

ANO INTERNACIONAL DOS DEFICIENTES

(Continuação da 1.ª pág.)

gado pela «década da reabilitação» (1970-1980), lançada em 1969 pela «Rehabilitation International». Esta iniciativa constituiu o primeiro esforço global no sentido de suscitar o interesse público por este género de problemas. A «década da reabilitação», através do seu programa, tem servido como base impulsionadora do lançamento de várias actividades e nela assenta muito do pensamento actual sobre reabilitação e deficientes.

Encontramo-nos num momento histórico de consciencialização internacional para os problemas dos deficientes. Muitas resoluções, neste campo, expressam apenas ideias e esperanças. Trata-se de aspirações que estão ainda longe da sua concretização. Mas isto não significa, contudo, que se deva subestimar este esforço. Verificamos que em muitas outras áreas da vida humana as realizações práticas são precedidas de declarações de direitos e princípios. É assim que se compreende que os principais objectivos da «década da reabilitação», iniciada em 1970, sejam, precisamente, promover a consciencialização pública para os problemas dos deficientes, alertando para o facto de que algo pode ser feito e levar os governos a dar uma maior prioridade à prevenção e reabilitação de deficientes.

DESPORTO PARADEFICIENTES EM FASE DE ARRANQUE NA DIRECÇÃO-GERAL DE DESPORTOS

A professora Regina Peyroteo, técnica da Direcção-Geral de Desportos e responsável pelo sector de desporto para deficientes, em entrevista a um jornal desportivo, «Mundo Desportivo», teceu várias considerações sobre o desporto para deficientes e sobre o que neste domínio já foi feito e se pretende fazer no âmbito daquela Direcção-Geral.

Segundo a professora Regina Peyroteo «quando o documento orientador da D. G. D. apontou para a criação de um sector que tratasse do desporto para deficientes, ele não existia, na prática, no nosso país». «A nossa primeira preocupação foi a de procurarmos saber quais os centros que no nosso país exerciam qualquer actividade de carácter desportivo, tomarmos conhecimento das suas carências e procurarmos dinamizar, dentro das nossas possibilidades, as suas actividades.»

O sector do desporto para deficientes está integrado, na Direcção-Geral

CONFIRMADO O SUCESSOR DE GEISEL?

O que até agora não passava de rumores, e até de especulação, parece ser oficialmente confirmado o sucessor do general Geisel, presidente do Brasil.

O general João Baptista Figueiredo, actual chefe do Conselho de Segurança Nacional, será possivelmente o sucessor do actual presidente, dando-se assim a continuidade dos generais à frente dos destinos do Brasil.

Esta notícia, foi divulgada pelo advogado Humberto Barreto, director da Caixa Económica Federal, uma espécie de «filho adoptivo» de Geisel, para fazermos jus ao qualificativo por que é conhecido, nos meios políticos, aquele advogado.

Frequentador da casa do presidente e amigo pessoal da família do general, Barreto entra no gabinete presidencial sem se anunciar, dispensando as fórmulas burocráticas. Por tal motivo a sua afirmação que o general Figueiredo ocupará o lugar de Geisel, foi considerada válida no meio político brasileiro, embora, só em 1978 se devesse falar na sucessão presidencial.

Apesar da informação ser considerada como válida os meios políticos apontam um pormenor importante ao «sucessor» que deverá ser resolvido para que a notícia se confirme no ano seguinte. O general Figueiredo tem à sua frente 13 generais em condições de chegar ao posto máximo de general de Exército.

João Baptista Figueiredo é actualmente general de Divisão e terá que proceder a grandes manipulações na mecânica das promoções e reformas para alcançar um dos três postos vagos e garantir o posto máximo, requisito indispensável para assegurar o seu lugar na presidência da República.

No entanto, tem a seu favor episódios políticos de grande transcendência para o lugar a que aspira. Quando era coronel, Figueiredo foi o homem que anunciou a João Goulart que havia sido derrubado da presidência constitucional. E foi também a ele que as forças armadas encarregaram de anunciar, mais tarde, ao general Geisel, que era proposto para a presidência que ainda exerce.

O general Figueiredo, de 59 anos, é militar da arma de Cavalaria e considerado uma espécie de «cérebro dentro das forças armadas».

dos Desportos, na Divisão do Desporto para Todos. Trata-se de uma nova divisão de serviços da D. G. D., assim como se trata de uma nova preocupação do governo — o desporto para deficientes. Há menos de dois anos esta ideia ainda não existia e hoje começa a ganhar forma. Isto foi constatado pela própria ADFA, quando uma delegação foi recebida pelo secretário de Estado dos Desportos, então dr. Silva Graça, em 18 de Fevereiro de 1976.

Ensaivam-se, nesta altura, na ADFA, os primeiros passos no domínio do desporto para deficientes. Sabíamos que em Portugal ainda nada tinha sido feito e que muito havia a fazer e que se tornava urgente fazê-lo. A ADFA decidiu lançar-se nesta tarefa e foi solicitar apoio ao Governo. Da parte do Secretário de Estado dos Desportos encontramos boa vontade e boas intenções, mas, de concreto, era impossível facultar qualquer apoio de imediato. Concordou, no entanto, o Secretário de Estado que era urgente lançar as bases do desporto para deficientes no nosso país. Foi-nos prometido que numa deslocação que ele efectuará dentro de dias à Polónia, o Secretário de Estado dos Desportos aproveitaria a oportunidade para, nesse país, se inteirar da realidade do desporto para deficientes e, eventualmente, acordar um apoio a ser prestado a Portugal neste domí-

nio. No regresso da sua visita à Polónia, o dr. Silva Graça, ao ser entrevistado pelos órgãos de informação, deu especial realce ao desporto para deficientes e ao apoio que o nosso país iria receber da Polónia.

Na sequência da entrevista com o Secretário de Estado dos Desportos, representantes da ADFA efectuaram uma série de reuniões na Direcção-Geral dos Desportos, desde o Director-Geral até responsáveis técnicos, no sentido de se estabelecer uma base de trabalho, não apenas de apoio à ADFA, no domínio do desporto para deficientes, mas visando, sobretudo, o lançamento do desporto para deficientes com projecção nacional. Foi na sequência destas reuniões que veio a ser criado o sector de Desporto para deficientes, no âmbito da Divisão do Desporto para Todos.

Na já referida entrevista da professora Regina Peyroteo ao «Mundo Desportivo» lê-se que «A D. G. D. iniciava, então, contactos com algumas instituições portuguesas da especialidade, ao mesmo tempo que realizava encontros com núcleos que, no âmbito da APD e do Lar Militar da Cruz Vermelha, já ensaiavam uma prática desportiva regular. Foram, de certa forma, esses núcleos quem despoletou um pouco a situação, já que eles vieram até à D. G. D. em busca

do apoio para as suas actividades e iniciaram mesmo a formação de um Secretariado para resolver os problemas inerentes a essa prática.»

Não é por sectarismo, elitismo ou egoísmo que pretendemos assinalar aqui que é lamentável que uma responsável da Direcção-Geral dos Desportos ignore ou pretenda ignorar que foi a ADFA quem efectuou as primeiras diligências, precisamente junto daquela Direcção-Geral, no sentido de desencadear o desporto para deficientes a nível nacional. Acrescenta-se ainda, não por egoísmo, mas apenas em abono da verdade, que a prática de desporto para deficientes, prática real e não de fachada, continua a não existir e apenas na ADFA, reconhecemos que muito pouco em relação àquilo que pretendemos, se tem feito alguma coisa.

Queremos, contudo, deixar bem assinalado, que não estamos revoltados com as palavras da professora Regina Peyroteo, antes nos congratulamos com o facto de os jornais começarem a tratar o tema do desporto para deficientes, muito embora contenham inverdades (que não são da responsabilidade destes). E se algumas afirmações são susceptíveis de gerar contestação ou polémica, isso também é útil, na medida em que tal contribui para a dinamização deste assunto.

SAUDOSISTAS DA GUERRA FALHARAM MAIS UMA PEQUENA TENTATIVA

Uma comissão anónima da cidade do Porto enviou convites a várias pessoas para uma missa marcada para o dia 27 de Junho na igreja dos Congregados, destinada a sufragar «os que tombaram em defesa da unidade da Pátria em Angola, Moçambique, Guiné e Timor», «dos violentados pela liberdade», «dos saqueados e reduzidos à fome pelos libertadores». O dia 27 de Junho, dia para o qual foi marcada a missa, era considerado por essa comissão como «dia de luto em Portugal».

Segundo o jornal «O Diário» não chegou a haver missa, sendo muito poucas as pessoas que compareceram no local. Entre estas, ainda segundo «O Diário» podiam ver-se alguns conhecidos pides, bufos e legionários, além de um conhecido elemento reaccionário que secretariou o Congresso dos Combatentes, realizado no Porto em 1973, e que desempenhou papel de denunciante nos acontecimentos que levaram à prisão do padre Mário de Oliveira, da Lixa, pela Pide.

A fraca expressão das forças reaccionárias saudosistas da guerra colonial vai-se confirmando através destas pequenas tentativas frustradas. Uma outra pequena tentativa teve lugar, também recentemente, aquando da denominada «noite de Portugal» a que, também oportunamente, fizemos referências, e que, tal como esta, viu frustrados os seus intentos.

BARREIRAS SOCIAIS NA INTEGRAÇÃO DE DEFICIENTES ALGUMAS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DUM GRUPO TÉCNICO DA ONU

Um grupo técnico das Nações Unidas, em recente reunião, sobre barreiras sociais na integração de deficientes chegou a conclusões muito pertinentes, assim como emitiu algumas recomendações muito oportunas. Eis algumas dessas conclusões e recomendações.

— As barreiras sociais à integração dos deficientes na vida da comunidade resultam de comportamentos e factores estruturais errados da própria sociedade.

— As barreiras sociais são frequentemente provocadas por certos aspectos de desenvolvimento dentro da sociedade, que não levam em consideração as carências específicas dos deficientes. Por exemplo: serviço nacional de saúde, educação e transportes concebidos para a maioria dos cidadãos são muitas vezes utilizados com dificuldade pelos deficientes.

— A integração dos deficientes na vida da comunidade pode ser facilitada se a reabilitação e outros serviços sociais a prestar aos deficientes forem desenvolvidos como uma parte integrante dos planos e políticas nacionais de desenvolvimento sócio-económico. Os deficientes deveriam estar ligados, tanto quanto possível, à formulação dos planos que lhes dizem respeito.

— As acções de discriminação podem ser directas e indirectas e podem ter lugar a vários níveis: individual, institucional e ideológico. Assim os indivíduos podem evitar os contactos com deficientes enquanto as instituições podem, indirectamente, perpetuar a discriminação, quer por serem fisicamente inacessíveis, quer por terem características

físicas incompatíveis com as tarefas a desenvolver. Isto assume uma realidade concreta em locais de emprego e quanto a facilidades no campo do ensino segregadoras de deficientes.

— As nações Unidas deveriam estudar as leis, códigos e regulamentos dos países membros a fim de verificar se contêm determinações contra os deficientes.

— As barreiras arquitectuais situam-se entre as barreiras sociais mais fortes e muitas vezes fazem aumentar os efeitos de outras barreiras sociais.

— A existência de uma pessoa deficiente na família afecta a vida de toda a família. A deficiência pode constituir uma barreira para o casamento ou relações íntimas, por causa do comportamento social. É mesmo possível que irmãos do deficiente ou outros membros da família fiquem estigmatizados. As relações sociais estereotipadas e o conceito tradicional de beleza podem criar restrições às relações sociais dos deficientes, enquanto a desproporcionada limitação no acesso de raparigas e mulheres a serviços eficazes de reabilitação pode constituir uma barreira reforçada.

— A ignorância do público acerca dos vários aspectos da deficiência e dos seus efeitos tem que ser reduzida, devendo dar-se especial atenção ao comportamento das crianças. Os meios de comunicação social, filmes e televisão devem ser utilizados para apresentarem os deficientes como pessoas com as mesmas potencialidades, talento e emoções das pessoas não deficientes.

«O DIABO» MEXE COM OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Na sua edição de 15 de Junho, «O Diabo» da senhora Vera Lagoa (jornal semanário de que esta é director) lembrou-se de mexer com os deficientes das Forças Armadas.

Como a ADFA está sempre atenta aos meios de comunicação social, pronta a registar a atenção que estes (tão raras vezes) dedicam à problemática dos deficientes, fomos deparar, neste jornal que é «O Diabo», com algo sobre os deficientes das Forças Armadas. Num artigo intitulado «que deficientes? «O Diabo» quis manifestar a sua preocupação e discordância com o facto de os estatutos da ADFA preverem que não podem ser sócios desta, indivíduos que tenham sido dirigentes ou membros de comprovada responsabilidade de organizações fascistas.

A Direcção da Associação elaborou uma resposta a este artigo do «O Diabo» que enviou com pedido de publicação. É do seguinte teor o esclarecimento da Direcção da ADFA:

Relativamente ao artigo publicado no V/Jornal de 15 de Junho de 1977, com o título «Que Deficientes?», não pode esta Associação dos Deficientes das Forças Armadas deixar de repor a verdade sobre os comentários feitos no mesmo, transcrevendo para o efeito os seguintes artigos dos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral:

Art. 4.º — 1. A A. D. F. A., integrada em princípios fundamentais do respeito pela livre iniciativa, visa a defesa e promoção dos interesses sociais e económicos, morais e profissionais dos deficientes e deverá sempre orientar a sua política de modo a apoiá-los e a conseguir no seu seio uma justiça social efectiva.

2. A A. D. F. A. nunca poderá ter um carácter partidário ou seguir qualquer credo religioso, sendo vedado aos Associados encaminhar a Associação para qualquer partido ou religião ou ainda servir-se da mesma para iguais fins.

— Art. 5.º — 6. Dentro da sua capacidade, a A. D. F. A. poderá colocar os seus meios de reabilitação e outros meios conducentes à integração social dos deficientes à disposição destes, MESMO QUE NÃO SEJAM SÓCIOS DA A. D. F. A.

— Art. 7.º — 4. Todos os

indivíduos que tenham sido DIRIGENTES OU MEMBROS DE COMPROVADA RESPONSABILIDADE DA L. P., M. P., M. P. F., U. N./A. N. P., P. I. D. E./D. C. S. e L. A. G. ou outras organizações fascistas não poderão ser admitidos como sócios da A. D. F. A.

A presunção do articulista sobre se os sócios terão de fazer uma declaração para a sua admissão na A. D. F. A., é falsa, pois não consta dos Estatutos nem da prática da A. D. F. A.

Quanto ao comentário em que afirma ser a A. D. F. A. «mais papista que o próprio Papa» só por esta não aceitar, como sócios, elementos de comprovada responsabilidade em organizações fascistas, apenas nos merece a seguinte pergunta:

— Será a Constituição Poli-

tica Portuguesa suspeita, pelo facto de regulamentar no seu Art. 308.º as incapacidades cívicas e eleitorais aplicáveis aos cidadãos que estiveram ligados a organizações fascistas?

E, quando o articulista pergunta — «Que Deficientes?» Nós respondemos:

— Aqueles que devem a sua deficiência aos RESPONSÁVEIS DE COMPROVADA RESPONSABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO FASCISTA.

— Aqueles que vos franqueiam as portas, honesta e desinteressadamente, para avaliarem as vossas insinuações.

— Aqueles, cujas preocupações e problemas, como em qualquer momento poderão ser comprovados, são bem diferentes dos vossos.

Nestes termos, não responderemos a quaisquer provocações.

JUSTIÇA... JUSTIÇA... PORQUE DEMORAS TANTO?

Três anos são passados, desde a histórica data em que Portugal ocupou o lugar que lhe competia.

A guerra colonial ficou para trás, escondendo-se no tempo e na memória, mergulhando na inconsciência consentida.

Já não se vertem lágrimas pelo filho, irmão, marido a que, envergando o camuflado, vai partir para distantes paragens.

As mães podem secar as suas lágrimas. Os seus queridos filhinhos não voltarão a ser arrancados ao lar para prosseguir o jogo político dos usurpadores deste país.

Mas é importante. É necessário, saber-se que ainda há mães que choram. Ainda

há lágrimas que deslizam pelas faces martirizadas das mães de Portugal. Ainda existem pessoas que fazem chorar as mães, só elas sabem chorar. Os filhos das suas entranhas estão marcadas, para toda a vida.

A justiça que assiste, indubitavelmente, a todos aqueles que transportam consigo o pesado grilhete de um passado ainda não esquecido, tarda.

Um Decreto-Lei, tenta reparar os males do passado. Mas esse Decreto é insuficiente e contestado. Há vítimas que clamam, diariamente, pela justiça que os ignora.

Três anos são passados desde o virar da página. Vivemos hoje num país novo. Num país que deve primar pela justiça dos seus filhos. Vivemos num país a caminho do socialismo, governado por socialistas.

Mas, a justiça tarda. As marcas inesquecíveis da guerra colonial ainda não foram olvidadas. Existem milhares de pessoas que esperam que o Es-

tado Socialista lhes faça as reparações devidas.

Toda uma vida é preciso mudar. Em todos os sectores é necessário acabar-se com a injustiça. Repor a verdade histórica, que se impõe. Reparar os males do passado, preparar o presente com vista ao futuro. Um futuro bem mais digno daquele que queriam os que se sirviam do Povo como instrumentos indispensáveis aos seus inconfessados e malévolos propósitos.

Por isso mesmo, desta nossa pequena tribuna, deste nosso jornalzinho, pretendemos constantemente chamar a atenção de quem de direito, para as situações, reais e específicas, que carecem de reparação. Periodicamente um grito é lançado ao País. Um sector da população de Portugal, marcado com os grilhetes do fascismo, clama por justiça. Pela justiça que só um Estado democrático, assentando na vontade de um Povo, lhe pode fazer.

Os Deficientes das Forças Armadas, vítimas directas de uma guerra, a todos os níveis condenada, clamam diariamente por justiça.

Grandes deficientes anseiam pelo lugar que lhes pertence. As grandes transformações sociais operadas no nosso País, até agora, deliberadamente ou não, têm esquecido, aqueles que transportando na carne marcas que os acompanharão até ao fim dos seus dias, pre-

ENSINO ESPECIAL PARA DEFICIENTES

A UNESCO (United Nations Educational, Scientific And Cultural Organization), organismo especializado das Nações Unidas no domínio da Educação, Ciência e Cultura, tem dedicado uma especial atenção aos problemas do ensino especial para deficientes.

A UNESCO, que tem a sua sede em Paris, celebrou o seu 30.º aniversário em 1976, tendo, nestes 30 anos, prestado assistência a mais de 50 países, com cerca de 100 projectos no domínio do ensino especial para deficientes. Este apoio tem coberto áreas, tais como: desenvolvimento de contactos no âmbito das Nações Unidas, assim como com organizações não-governamentais empenhadas no ensino especial; promoção de estudos nos diversos aspectos do ensino especial, tais como ensino de surdos, cegos, deficientes mentais e deficientes motores; apoio aos estados membros, a pedido destes, no planeamento de actividades e formação de professores no campo do ensino especial e fornecimento de material e equipamento para o lançamento de programas de ensino especial.

Desde 1968 foram já realizados 12 estudos nos diversos aspectos do ensino especial e outros — 7 encontram-se em preparação sobre terminologia, aspectos económicos, desporto para deficientes físicos, etc.

que se faça justiça a quem dela carece.

Um exemplo, a todos os títulos lamentável é o que vos vamos relatar. E se os responsáveis deste País, se derem ao trabalho de ler as palavras amargas, que desde este «jornalzinho» lançamos, por favor, revejam os critérios de justiça e humanidade, revejam a legislação que carece de renovação, façam a justiça que todos ansiamos.

Vasco Luís Saraiva é um doente do foro psíquico. Não está protegido por qualquer legislação.

Há dias, em circunstâncias que não foram possíveis averiguar correctamente, Vasco foi vítima de um lamentável acontecimento.

A P.S.P. chamada pela dona da casa onde Vasco Saraiva tinha um quarto alugado agrediu-o.

Ele é um doente do foro psíquico. Necessita de tratamento, de compreensão, de reabilitação.

O nosso País é pobre em tal matéria. As estruturas do outro tempo ainda não foram totalmente mudadas.

No País novo que todos pretendemos, todos têm os mesmos direitos e obrigações. Não é marginalizando que se consegue superar carências.

Os doentes devem ser tratados e recuperados para a sociedade. Todos devem dar o seu contributo para o engrandecimento do nosso País. Os que não estejam em perfeitas condições para o desempenho das funções que lhes são devidas, devem ser analisados e reintegrados.

Por isso mesmo chamamos a atenção para quem de direito para os deficientes, os reformados, enfim para todos aqueles que têm sido «enteados da Pátria». E muito particularmente para os indivíduos afectados por doenças mentais. Eles estão completamente sós. Reduzidos à condição, à eterna condição de «faz-me rir».

Esses indivíduos também têm direito ao lugar que lhes compete na sociedade e esta, não pode continuar a ignorá-los como até aqui tem acontecido.

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio de Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA.

Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome

Morada

Localidade

PORTUGAL

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

ESTRANGEIRO

ANUAL 200\$00

SEMESTRAL 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)

JUNTO ENVIO CHEQUE

VALE DE CORREIO

(Riscar o que não interessa)

ALGUÉM TEM QUE FAZER O QUE O ESTADO NÃO FAZ...

Este é o título de um artigo publicado recentemente no jornal «Primeiro de Janeiro» sobre a ADFA, com incidência especial sobre as actividades da delegação do Porto, sobretudo da oficina de prótese.

Transcrevemos a seguir, na íntegra, o artigo assinado por José Alcino.

Durante anos a fio, sobretudo enquanto não foi erguida a tão desejada bandeira branca nas guerras coloniais, houve preocupação mal disfarçada de esconder aos olhos dos portugueses esses outros portugueses em quem as campanhas ultramarinas deixaram profundas marcas físicas ou psicológicas. Essa bandeira branca não foi, porém, a solução do problema, na medida em que os deficientes continuaram votados a uma marginalização já bem conhecida, amargamente con-

hecida, diga-se de passagem, pelos deficientes civis.

Marginalização que começa por se explicar por um arraigado conceito de sentimentalismo do Povo português (sempre extremamente sensível perante o que classifica de coitadinho, mas de uma maneira geral sem capacidade para ajudar a vencer esse imobilismo colectivo), embora acabe por assentar, essencialmente, numa reconhecida insuficiência estrutural desta sociedade, incapaz de absorver todos os deficientes, não apenas os militares mas até mesmo os civis, que atingem já números muito significativos — para não dizer alarmantes.

Efectivamente, existem em Portugal cerca de 900 mil deficientes, dos quais qualquer coisa como 500 mil são sinistrados de trabalho, sendo perto de 30 mil os deficientes das Forças

Armadas. Para uns, como para outros, porém, a recuperação clínica sempre foi má, a recuperação psíquica quase nula e a recuperação social pura e simplesmente nunca existiu. Gera-se, portanto, um ciclo vicioso, que acaba por estar na origem de um problema que não pode mais ser ignorado e cuja solução se afigura cada vez mais imperiosa.

Reabilitação e reintegração social

No caso dos militares foi dado um primeiro passo para ultrapassar estas carências da sociedade em que estamos inseridos com a criação da Associação dos deficientes das Forças Armadas, cujo objectivo, de acordo com o que prescrevem os seus estatutos, é «lutar pela reabilitação e reintegração social dos deficientes das Forças Armadas», procurando valer mais directamente a todos quantos se encontram espalhados pelo país. É por isso que, além da sede central, em Lisboa, tem delegação em funcionamento no Porto (desde Dezembro de 1974), em Famalicão, Bragança, Coimbra, Viseu, Castelo Branco, Peniche, Setúbal, Évora e Vila Real de Santo António.

Enquanto estas sucursais, de uma maneira geral, se limitam a um apoio meramente burocrático, garantindo apenas serviços administrativos, a sede da Associação dos deficientes das Forças Armadas tem em actividade uma secção de educação e cultura reconhecida pelo M.E.I.C., onde são ministrados cursos médios, assim como secções de electrónica, fotografia e tipografia, entre outras. Toda esta estrutura é sustentada por um subsídio do Ministério da Defesa Nacional (através de uma verba aparentemente volumosa mas na prática escassa), já que dos oito mil sócios espalhados pelo país nem todos pagam a quotização mensal de 15 escudos.

Essa verba alimenta uma estrutura já de envergadura nacional e em plena expansão, como se pode avaliar pelos cerca de setenta funcionários (todos eles deficientes) que man-

têm ao serviço em Lisboa e dos investimentos que vai realizando no sentido de melhor poder corresponder à finalidade contida na sua razão social. Orientada para esse objectivo, a Associação dotou a sua delegação no Porto de uma oficina de próteses que está a funcionar na Rua de Pedro Hispano desde o passado mês de Agosto e cujo custo rondou os dois mil contos — mas hoje nem quatro mil contos chegariam para a montar...

Substituir um circuito desumanizado e marginalizante

Esta oficina surge, hoje em dia, como um dos serviços mais importantes da obra que a Associação dos deficientes das Forças Armadas se propõe realizar, ao substituir o circuito comercial (pela própria definição de mercado de concorrência, vincadamente desumanizado e marginalizante) a que os amputados estavam (e estão), sujeitos, por um esquema onde se coloca em primeiro lugar o interesse dos doentes e a qualidade dos materiais utilizados, em obediência ao lema de que «a saúde não tem preço». Visa-se, aqui, portanto, tal como em todo o trabalho da Associação, uma dignificação do deficiente.

Mas como é possível materializar esse desiderato? Em linhas gerais, depois de o médico receitar a prótese, o Conselho Administrativo do Hospital Militar pede orçamentos, pelo menos a três casas especializadas, optando, depois, pelo que considerar melhor — e aqui poderia muito bem substituir-se o termo melhor por mais barato, que se ficaria com uma ideia mais correcta da situação... Sabe-se, no entanto, que nestas coisas, via de regra, o preço e a qualidade sofrem oscilações directamente proporcionais, que é como quem diz que a qualidade vai descendo à medida que desce o preço.

A oficina de prótese da Associação, porém, como não tem o lucro como objectivo primordial da sua actividade, utiliza sempre os melhores materiais à venda no mercado e, nos

casos de consertos e correcções, não se fica pelos simples remendos, sempre procurando que o deficiente faça uso efectivo da prótese e se sinta bem como ela. Um exemplo: nesta oficina da Associação dos deficientes das Forças Armadas é muito empregada uma resina de que há várias qualidades a preços diferentes e, não obstante saber que pode encontrá-lo no mercado a 35 ou a 50 escudos o quilo, a Associação prefere a que custa mais de 700 escudos o quilo.

Sentir os problemas dos amputados

Trabalhando desde Agosto do ano passado, a oficina dedica-se à preparação de próteses e de aparelhos ortopédicos, comprando o restante material às fábricas para o vender directamente, com a vantagem de se localizar na residência do deficiente e de apoiar na adaptação. Ali trabalham cinco pessoas, três das quais especializadas através de cursos obtidos no estrangeiro (permaneceram cinco meses no Brasil, frequentando um curso com o patrocínio de Fundo Mundial de Reabilitação). Pormenor sem dúvida importante é o de esses técnicos serem, também eles, deficientes recuperados, que o mesmo é dizer que se trata de indivíduos que sentem, directa e profundamente, os problemas dos amputados.

Esta oficina nasceu, obviamente, com o pensamento apontado aos deficientes militares, procurando servir-lhes especialmente a eles no preenchimento de uma lacuna sem dúvida grave. Não fechou as suas portas, no entanto, aos deficientes civis, apesar de toda uma série de incompreensões e de vicissitudes com que teve que arrostar e que foi vencendo. Hoje pode já gabar-se de ter conseguido algumas vitórias no campo da recuperação e reabilitação também de deficientes civis, operando autenticos «milagres» ainda não há muito tempo tidos como impensáveis.

Mas as técnicas evoluem, exigindo uma actualização e uma perfeição constante e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ciente das responsabilidades que já contraiu, está atenta ao pequeno mundo em que agora se movimenta. Por isso, ainda recentemente, entre 18 e 23 de mês corrente, dois técnicos alemães estiveram na delegação do Porto ministrando um curso intensivo de prótese mio-eléctrica dedicado ao pessoal da Associação, com a colaboração do Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão. Um pormenor: este curso os técnicos de firmas portuenses especializadas neste ramo.

O que se espera do futuro

Os problemas dos deficientes das Forças Armadas não ficam, porém, resolvidos daqui para a frente. Um decreto recente criou a Comissão Permanente de Reabilitação, cuja comissão instaladora apresentou um completo trabalho de onde foi extraída uma proposta apontando no sentido da constituição do Secretariado Nacional de Reabilitação. Será este secretariado uma estrutura de Estado onde terão assento diversos Ministérios, a Associação de Deficientes das Forças Armadas e a Associação Portuguesa de Deficientes, visando efectiva reabilitação dos deficientes.

E, talvez, a partir daqui, possa começar a pensar-se em termos de dignificação dos deficientes em geral, vencidas as barreiras que os atiraram para uma imperdoável marginalização. Só que todo este esquema não passa ainda, de simples projecto de decreto-lei, que se encontra no Gabinete do primeiro-ministro à espera de promulgação. Significa isto que muito tempo haverá ainda que esperar até que seja atingida a meta final, onde o deficiente não seja mais encarado como o «ar» de comisseração que acompanha o habitual coitadinho, para passar a ser visto e considerado como um cidadão de parte inteira.

De toda a maneira, importa atentar no exemplo da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e da sua delegação no Porto, na obra que vem realizando — como quem aponta o caminho que há muito deveria estar a ser trilhado. E como mais val tarde do que nunca, daqui para a frente ainda muito haverá a fazer...

O QUE FOI O QUE É E O QUE SERÁ A SOCIEDADE

Tanto quanto é possível imaginar, se retrocedermos no tempo, chegaremos facilmente à conclusão de que toda a natureza foi aquilo a que se pode chamar pureza.

Não existia qualquer espécie de poluição, tendo o homem razão para se poder sentir livre. De facto, como ser insatisfeito que é, o homem optou sempre por qualquer coisa diferente e, portanto, tendente a desejar o que nunca havia possuído.

Com o decorrer dos tempos, foram-se criando e desenvolvendo interesses e de tal forma que foram também surgindo ambições e daqui a demarcação de linhas geográfico-psicológicas. Quando o homem apareceu na terra, e desde que se soube identificar como tal, era livre e não necessitava de passaportes para viajar na sua superfície, fosse qual fosse o ponto para onde se dirigisse.

Mais tarde, com a aglomeração de famílias junto dos pontos de maior possibilidade de exploração da terra, começam a surgir as demarcações de zonas produtivas onde elementos estranhos àquelas famílias não eram aceites, e começaram então a travar-se lutas de interesses materiais.

A medida que se ia dando a multiplicação humana os aglomerados eram cada vez maiores, até que ao atingirem uma certa saturação demográfica havia necessidade de expansão. Logo, poderemos notar que a pouco e pouco todas as zonas mais férteis do Globo foram sendo sucessivamente ocupadas. Assim se foi multiplicando o homem e foi, como se disse atrás, necessário delimitar zonas que, no fundo, não eram mais do que fronteiras dentro das quais se vivia um regime de economia fechada.

Depois, Século após Século as comunidades foram-se alargando por imposição da mais forte sobre a mais débil.

Assim se deu uma evolução constante até que apareceram as grandes marcações geográficas que tornaram o globo quase propriedade absoluta de algumas dezenas de mandões que, ultrapassando todos os limites humanos, reservam para si direitos que não desejam ceder aos outros.

Mas nem tudo é tão fácil como o supõem nem tão difícil como nós o desenhámos, se atentarmos levemente na força da natureza, podemos alegrar-nos se formos capazes de descobrir o ciclo pelo qual esta natureza se governa. Se não vejamos: Quando Galileu descobriu que a terra se move, foi difícil aceitá-lo, mas foi a partir daí que começou a surgir uma série de noções científicas acerca da Real movimentação Planetária. Depois, radicou-se cientificamente que a transformação da matéria se dava segundo uma linha curvilínea, isto é, que terminava onde começava. Desde a maior estrela até ao simples átomo tudo obedece a esta regra.

É aqui que reside a esperança de uma população mundial que anseia ser livre, como outrora, de autoritarismos e regressar à simples orientação primitiva onde os chefes, segundo creio, não impunham mas orientavam.

Tudo se há-de transformar quando cada pessoa tiver a noção de que é um ser igual a todos que lhe são semelhantes; quando se compreender que o aumento demográfico no Mundo é um factor que contribui para a limitação da subsistência e compreender que há mais necessidade de multiplicar populações com objectivos bélicos, para entenderem a sério que dentro em poucos anos a terra será bolo demasiado pequeno para mitigar a fome a quantos a povoam.

Sejamos realistas e comecemos a estudar em nós e nos outros o que fomos, o que somos e o que poderemos ser se o quisermos, ou o que seremos se, em vez de nós querermos, forem os outros a querer por nós.

AFREDO MAU

A COLUNA DO ZANGÃO

Zangão ou Zângão — Abelha macho. Espécie de vespa: a picada do zangão é muito dolorosa.

DIC. PRÁTICO ILUSTRADO

LINHA DE CASCAIS — REGRA SEM EXCEPÇÃO

Um «bom-dia» ressonante ecoou na Redacção. O nosso amigo Zangão acabava de entrar. O seu pequeno corpiño, as suas asitas e o seu terrível ferrão.

— «Bom-dia» — respondemos-lhe. «Então por cá de novo?»

— «É verdade. Por cá de novo, e desta vez bastante satisfeito. Aqui há uns meses — continuou o Zangão — disse que a Linha de Cascais era uma excepção».

O nosso director confiou as barbas e assentiu com a cabeça. «Bem me recordo — disse — foi na altura que o nosso amigo Zangão protestava pelo facto de nessa linha não haver lugares reservados para as pessoas que não podem viajar de pé».

«Exactamente — respondeu o Zangão. Mas isso já lá vai».

«Ah! Sim? — Perguntou curioso o director. «Conte-nos lá então o que se passa. Normalmente vem abatido, como se carregasse com todos os males do mundo, mas desta vez já reparei que está bem disposto e até que o seu ferrão não tem aquele ar ameaçador que é usual».

«Pois bem — retroquiu o Zangão — vou contar tudo. Naquela altura, como o meu amigo deve estar recordado, eu disse que se as pessoas responsáveis pela linha de Cascais afixassem uns letreiros indicativos de lugares reservados a pessoas que, mercê de certos condicionalismos não pudessem viajar de pé, publicamente lhes agradeceria.

«Por isso aqui fica o meu público agradecimento a essas pessoas que fizeram a justiça que tardava. E já agora digo a essas pessoas que se fizerem umas viagrezitas nos combóios vão ouvir, bastantes agradecimentos.

«É lamentável que certos energúmenos tentem descolar os avisos agora afixados.

«Evidentemente que, se as pessoas fossem menos egoístas, mais humanas, tais avisos eram perfeitamente desnecessários. Mas infelizmente tal não acontece. Vou contar-vos um lamentável caso ainda bem recente:

«Uma senhora grávida cedeu o seu lugar a outra senhora no mesmo estado mas, em piores condições para viajar de pé. Pois bem, com tanta gente que ia sentada, foi precisamente uma pessoa que, devido ao seu estado deveria ir sentada, que cedeu o seu lugar. É vergonhosa tal atitude. E casos como este e outros parecidos há muitos.

«É certo que os combóios estão longe de satisfazerem as necessidades. Mas que diabo, um pouco de compreensão, de civismo, não fica mal a ninguém.

Pessoas idosas, com filhas ao colo, etc. têm, tantas e tantas vezes que fazer o percurso de pé, quando outra pessoa que não necessitasse em absoluto do lugar lho poderia ceder.

«Enfim um sem-número de factos verdadeiramente lamentáveis. Mas agora com os tais lugares reservados é muito diferente. As pessoas que deles necessitam sabem que não mais terão que viajar de pé».

Ficámos pois bastante satisfeitos com a notícia trazida pelo Zangão. Realmente tal medida já tardava, mas por fim chegou e, já agora, como deficientes que somos, congratulamo-nos com tal medida e associamo-nos aos agradecimentos do Zangão.

«Por hoje é tudo. Ah! mas antes de me ir embora — disse o Zangão — queria ainda dizer aos senhores responsáveis que se tivessem que fazer novos letreiros, por favor substituíam a palavra «inválidos» por «deficientes». Era um favorzinho que faziam à rapaziada».

O ZANGÃO

Tiragem deste número: 7000 exemplares

OS DIREITOS DO HOMEM E A CORRIDA AOS ARMAMENTOS

Temos assistido nos últimos tempos a uma vasta e louvável campanha para a defesa dos Direitos do Homem.

Contrastando com tais tomadas de posição, o aperfeiçoamento dos mais sofisticados meios de destruição, continua com o seu nefasto e relevante papel.

Não basta, todos os anos, subtrair-se um dia ao calendário, para defesa do Homem, se os restantes 364 dias forem dedicados à sua destruição.

OS DIREITOS DO HOMEM

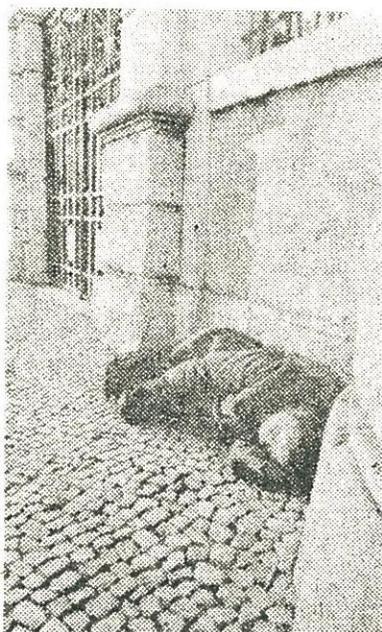
Desnecessário se torna transcrevermos a resolução da Assembleia Geral da ONU de 10 de Dezembro de 1948.

Desnecessário porque o «ELO» no seu n.º 44 faz a transcrição integral de tal resolução que constitui a «DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM.»

Contudo nunca é demais dizer-se que todos os homens nascem livres e iguais e que representa grave crime a tentativa de destruição do homem.

Encontramo-nos pois perante um paradoxo.

Por um lado as entidades oficiais declaram-se prontas a assumir o papel que lhes cabe na defesa dos Direitos do Homem. Por outro lado essas mesmas entidades dão cobertura e fomentam novos e mais sofisticados meios de destruição.



OS DIREITOS DA CRIANÇA

Dos 365 dias de cada ano, um é dedicado à criança — O Dia Mundial da Criança.

Nesse dia a criança ouve falar de si. Assiste e participa em coloridas festas, assiste a filmes que lhes são dedicados.

E nos restantes 364 dias?

Milhares ou mesmo milhões de crianças não frequentam as escolas por dificuldades de toda a ordem. Quilómetros de distância da escola, falta da mesma, carência de recursos materiais.

O hipócrita dia Mundial da Criança não passa disso mesmo — hipócrisia.

Um dia em cada ano preocupam-se com a criança e levam-na a praticar desporto. E nos restantes dias? Que se faz para fomentar o desporto juvenil?

Uma vez por ano convive-se com as crianças e oferecem-lhe um lanche.

Preocupar-se-ão se nos outros dias a criança não come?

E quanto a filmes? Quantos realizadores se dedicam ao filme juvenil, que instrua a criança? Produzem-se uns filmes, quase sempre com um super-herói individualista, em que a violência é o lugar-comum do princípio ao fim.

Quais os efeitos desses filmes?

E no capítulo literário. Que literatura existe para as crianças?

Alguma, pouca. Para além, dos preços que são cobrados por tais livros. Centenas de milhares de crianças não possuem um único livro porque os mesmos lhes

estão interditos mercê das dificuldades materiais dos seus progenitores.

Outros tantos dias mundiais são celebrados. O dia da Mulher, que continua a desenvolver um trabalho igual ao do homem e recebe um salário inferior.

O dia mundial do meio ambiente. Neste dia proíbese a circulação em certas artérias das mais movimentadas cidades.

E nos outros dias? Que se faz para conter as enormes quantidades de gases que envenenam o ambiente?

A CORRIDA AOS ARMAMENTOS

Tal como acima referimos, se por um lado ouvimos constantemente falar dos Direitos do Homem, por outro o campo bélico está cada vez mais desenvolvido. Desenvolvimento esse no caminho que faz perigar o homem.

Como exemplo poderemos citar a criação de uma nova arma, cuja revelação foi feita pelo influente diário novaiorquino o «NEW YORK TIMES».

Segundo aquele diário e citando fontes do departamento americano da Defesa, teriam sido aprovadas pelos países membros da NATO, em duas reuniões secretas efectuadas este ano pelo grupo de planeamento nuclear da Aliança Atlântica.

Naquelas reuniões tratou-se da questão de se equiparem com bombas de neutrões (armas nucleares denominadas «limpas»), as linhas avançadas da Europa Central.

Esta bomba de hidrogénio produz, quando explode, um décimo do sopro, do calor e das radiações atómicas produzidas pelas bombas atómicas clássicas, mas liberta



um fluxo de neutrões de alta energia que actua como um «raio de morte» na área da explosão.

Ao explodir, a bomba de neutrões emite radiações que afectam o sistema nervoso dos seres humanos e acabam por causar a sua morte, após um lento e indescritível processo de agonia que dura dois dias.

Tal como acima dizemos, e este, infelizmente, é um dos muitos exemplos em que colocam o homem comum perante um terrível dilema:

Somos defendidos, preocupam-se connosco, ou então que diabo significa tudo isto?

Como me podem querer elevar ao lugar que me compete se andam a arranjar maneira de me destruir? Responda o leitor.

FRENTE PATRIÓTICA RECONHECIDA PELA OUA

A Frente Patriótica de Joshua N'Komo e Robert Mugabe foi reconhecida pela Organização de Unidade Africana (OUA), como único movimento de libertação do Zimbabwe, pelo que todo o auxílio a prestar através desta organização africana à guerrilha ser-lhes-á destinado.

Esta decisão foi tomada em Libreville, antes de a Organização de Unidade Africana encerrar os seus trabalhos, e foi comunicada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria — Joseph Garba — durante uma conferência de imprensa.

Os países membros da OUA foram convidados pela organização «a prestar todo o apoio financeiro, material e político à Frente Patriótica e coibidos a não prestar auxílios a dirigentes individuais». Esta determinação da Conferência da OUA é nitidamente dirigida ao bispo Abel Muzorewa e ao reverendo Ndabaningi Shitole.

A designação, pela cimeira da Organização de Unidade Africana, da Frente Patriótica do Zimbabwe como único movimento nacionalista rodesiano, poderá complicar ainda mais as negociações sobre o plano anglo-americano (que noutra parte do nosso jornal apresentamos a questão britânica) que visa uma solução capitalista para o problema rodesiano.

Tal era a primeira reacção dos círculos britânicos na véspera da reunião que John Graham, chefe do «grupo consultivo» anglo-americano, deve ter em Lusaka com representantes de N'Komo e Mugabe.

Com efeito, o secretário do «Foreign Office», David Owen — declarou em Junho último, na Conferência da Comunidade Britânica, que, a Grã-Bretanha não podia aceitar a Frente Patriótica como «único representante do povo do Zimbabwe». Tal decisão, segundo Owen, influiria no veredicto dos eleitores da Rodésia e poderia levar a Câmara dos Comuns a rejeitar a concessão da independência legal ao novo país.

Por seu turno, Joshua N'Komo e Robert Mugabe, os dois dirigentes da Frente Patriótica do Zimbabwe, congratularam-se com o reconhecimento exclusivo, do movimento que encabeçam, pela cimeira da OUA, enquanto que o movimento, de Muzorewa e Shitole, anunciava que não se inclinava perante esta decisão.

Robert Mugabe vê na decisão da cimeira da Organização de Unidade Africana um «reconhecimento de prioridades que a Frente Patriótica do Zimbabwe fixou», em particular a luta armada para destruir o «imperialismo britânico», e um indicativo de que ainda não chegou o momento de «entrar em rivalidade à volta da designação do primeiro-ministro ou do presidente dum Zimbabwe independente, porque não existe este Zimbabwe independente».

Por seu turno, Joshua N'Komo, o outro dirigente da Frente Patriótica, disse que é sua intenção «fazer com que todas as pessoas que no Zimbabwe desejem participar na luta, particularmente na luta armada, encontrem lugar na Frente Patriótica». Ninguém foi vencido — frisou N'Komo em intenção dos movimentos nacionalistas «moderados» que a OUA não reconhece, em particular o movimento do reverendo Ndabaningi Shitole.

Entretanto, mais de duas centenas de responsáveis e membros da ala rodesiana do Conselho Nacional Africano, foram detidos nas últimas operações da polícia de Ian Smith, indicou Josiah Chinamano, presidente daquele movimento nacionalista.

Chinamano precisou ainda que, o governo de Smith tentava enfraquecer o ANC-Zimbabwe, a fim de poder concluir um acordo constitucional com os outros grupos nacionalistas africanos, como o Conselho Nacional Africano Unificado (UANU) do bispo Muzorewa e do reverendo Shitole.